

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA**

**Centro Sócio Econômico**

**Departamento de Economia e Relações Internacionais**

**Curso de Graduação em Ciências Econômicas**

**TAMARA SIEMANN LOPES**

**A INSERÇÃO DA MULHER NA ECONOMIA CAPITALISTA E DEPENDENTE  
BRASILEIRA**

**FLORIANÓPOLIS**

**2015**

**TAMARA SIEMANN LOPES**

**A INSERÇÃO DA MULHER NA ECONOMIA CAPITALISTA E DEPENDENTE  
BRASILEIRA**

Monografia submetida ao curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Santa Catarina, como requisito obrigatório para a obtenção do grau de Bacharelado.

**Orientador: Prof. Dr. Lauro Francisco Mattei**

**FLORIANÓPOLIS**

**2015**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA**  
**CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS**

A Banca Examinadora resolveu atribuir a nota 9,0 à aluna Tamara Siemann Lopes na disciplina CNM 7101 – Monografia, pela apresentação deste trabalho

Banca Examinadora:

---

Prof. Dr. Lauro Francisco Mattei

Universidade Federal de Santa Catarina

---

Prof. Dr. Nildo Domingos Ouriques

Universidade Federal de Santa Catarina

---

Dra. Samya Campana

Universidade Federal de Santa Catarina

FLORIANÓPOLIS

2015

## **AGRADECIMENTOS**

Em primeiro lugar, à minha mãe, Márcia, e ao meu pai, Itamar; que sempre colocaram como prioridade em nossa família os estudos dos filhos, sempre criaram para mim as melhores expectativas e não demonstraram nenhum tipo de frustração devido às escolhas que tomei para minha vida. Agradeço especialmente à minha mãe, a pessoa que mais me inspirou ao longo do trabalho, porque ele pretende atingir sobretudo a vida de pessoas como ela, mães e trabalhadoras que tem sua vida expropriada pelo capitalismo.

Aos meus avós, Conceição e Cândido, que me acolheram em sua casa ao longo de dez anos, sem este apoio as condições para que eu tivesse tempo para me dedicar aos estudos teriam sido muito mais adversas. Ao meu irmão, Norberto, pela amizade que construímos, superando as birras que marcaram nossa infância.

Ao meu amor e companheiro, Thiago, por todo o apoio que me deu desde que nossas vidas se uniram. Obrigada pela ajuda nos momentos mais difíceis, e mais recentemente, para que eu pudesse concluir este trabalho.

Ao CALE, que foi o lugar onde o pensamento crítico e a rebeldia me atraíram de pronto. Foi onde pudemos confrontar o ensino alienante da economia; além do conservadorismo professoral e do elitismo universitário, que tomaram sua forma mais descarada na tentativa de cortar vagas do curso de Economia. Por outro lado, vimos que o impossível trata-se de uma aparência. Através da luta política os estudantes venceram esta batalha. São essas conquistas que nos animam na política e que diferenciam aqueles que lutam daqueles que inventam desculpas para si mesmos. O CALE me ensinou que a segunda via não pode ser uma escolha.

Ao DIEESE, onde trabalhei por quatro anos e pude retornar neste semestre. Foi ali que adquirir parte considerável da minha formação, e cujos companheiros de trabalho foram sempre atenciosos e muito compreensivos comigo. Agradeço principalmente ao Zé, que admiro pela sua humildade e compromisso com o sindicalismo, à Cris por sempre me estender a mão e à Samya por ter participado da banca examinadora do trabalho e feito as observações que vão guiar minha pesquisa no futuro.

Aos amigos que o movimento estudantil me deu de presente: André, Luciano, Mari,

Carol Duarte, Tito, Tainam, Tales, Josué, Elisa, Venezuela, Gabi, Vanessa, Hélio, Ellen, Pri, Leo, Isadora, Vanessa Canei e Lucas Henrique. Certamente não pude lembrar de todos.

A outros amigos que além da amizade, agradeço pela dedicação do seu tempo me ajudando durante a elaboração do trabalho: Maicon que me socorreu do início ao fim deste trabalho, Tomás que teve contribuições decisivas, Arland pelas conversas e ajuda nessa reta final e Daniel por compartilhar as angústias e tecer sugestões.

Aos poucos professores que trouxeram contribuições valiosas durante a graduação: José Martins que me desafia a aprofundar meu estudo da obra de Marx a cada texto que escreve; Lauro pela seriedade que tem com o exercício da docência e por ter insistido tanto para que este trabalho saísse; e Nildo que me mostrou a importância da autonomia intelectual e me apresentou a TMD.

Ao Programa Escala Estudantil AUGM, que me deu a oportunidade de estudar em Montevideo e ver a olho nu as dificuldades que o povo vive e marcam todos nós, latino-americanos. Enquanto os uruguaios e imigrantes sofrem com vida no subdesenvolvimento, a esquerda pequeno-burguesa segue vangloriando o governo, esquecendo que qualquer conquista foi fruto de luta do povo. Este período em Montevideo também me fez conhecer a obra feminista que me influenciou e motivou a elaborar este trabalho.

Aos trabalhadores da UFSC, em especial ao Rafael, pela atenção que sempre dispendeu. Aos amigos do bar dos Servidores, Regina e Silvinho.

À UFSC que em meio às suas contradições foi o espaço que tornou tudo isso possível. Além da graduação, agradeço pela UFSC ter me proporcionado dois semestres de curso de idiomas e dois anos atendimento psicanalítico no SAPSI.

Por fim, agradeço ao povo brasileiro que subsidiou meus estudos.



(QUINO, Mafalda)

## RESUMO

O presente trabalho procurou investigar como as mulheres se inserem na economia brasileira. Primeiro, é tratada a natureza específica da exploração da força de trabalho feminina no modo de produção capitalista, recuperando a teoria marxista e apontando as suas limitações no que se refere ao trabalho reprodutivo. Depois, o caráter específico da relação entre capital e trabalho no Brasil é tratado através da categoria da superexploração da força de trabalho, que é essencial para interpretar a incorporação da mulher no assalariamento desde a década de 1970 e compreender a situação atual. Por fim, resgatando o método de Marx, a situação da mulher é compreendida na sua totalidade por meio dos seus determinantes estruturais, que foram tratados neste trabalho.

**Palavras-chave:** Trabalho feminino, trabalho reprodutivo, mulher na economia.

## RESUMEN

El presente estudio buscó investigar como las mujeres se insertan en la economía brasileña. Primero, es tratada la naturaleza específica de la explotación de la fuerza de trabajo femenina en el modo de producción capitalista, recuperando la teoría marxista y señalando sus limitaciones con respecto al trabajo reproductivo. Después, el carácter específico de la relación entre capital y trabajo en Brasil es tratado por medio de la categoría de la superexplotación de la fuerza de trabajo, que es esencial para interpretar la incorporación de la mujer en el asalariamento desde la década de 1970 y comprender su situación actual. Por fin, rescatando el método de Marx, la situación de la mujer es comprendida en su totalidad por medio de sus determinantes estructurales.

**Palabras clave:** Trabajo femenino, trabajo reproductivo, mujer en la economía.

## **ABSTRACT**

The present study investigates how women are situated in the Brazilian economy. First, the specific nature of female's labour power exploitation in the capitalist mode of production is analysed utilizing the Marxist theory and indicating its limits on what concerns the reproductive labour. Then, the specific aspect of the relation between capital and labour is analysed through the concept of superexploitation of labour power, it is essential to interpret the incorporation of women in the wage labour since the 1970 decade and to comprehend its current state. Finally, regaining the Marx's method, the situation of women is comprehended in its totality through its structural determinants, which have been analysed in this study.

**Keywords:** female labour, reproductive labour, women in the economy

## **LISTA DE SIGLAS**

DIEESE – Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos

PEA – População Economicamente Ativa

PIA – População em Idade Ativa

PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios

PNEA – População Não-Economicamente Ativa

RAIS – Relação Anual de Informações Sociais

SM – Salário Mínimo

TMD – Teoria Marxista da Dependência

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Médias Anuais do Salário Mínimo - Município de São Paulo (não inclui 13º salário), em R\$ de Setembro/2015 .....	42
Gráfico 2 – Taxa de atividade por sexo (%).....	44
Gráfico 3 – Desemprego aberto total e por sexo – 2003 a 2014 .....	57
Gráfico 4 - Proporção da População de 10 anos ou mais de idade que cuida de Afazeres Domésticos, por sexo, 2013.....	62
Gráfico 5 - Média de horas semanais dedicadas a afazeres domésticos pela população de 10 anos ou mais de idade, por sexo, 2001 a 2013 .....	63
Gráfico 6 – Proporção de domicílios que possuíam máquina de lavar roupa – 2001 a 2014...	64

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Menores valores do Salário Mínimo a preços de setembro de 2015 .....	47
Tabela 2 – Distribuição da População em Idade Ativa (em mil pessoas) .....	49
Tabela 3 – Distribuição da PEA por posição na ocupação no trabalho principal (em mil pessoas).....	50
Tabela 4 – Distribuição do emprego por grupamentos de atividades no trabalho principal (em mil pessoas) .....	52
Tabela 5 – Distribuição dos ocupados na semana de referência, por classes de rendimento mensal (em mil pessoas).....	53
Tabela 6 – Participação de mulheres e homens em classes de rendimento mensal no trabalho principal, 2003 e 2014 .....	55
Tabela 7 – Distribuição da População em Idade Ativa por sexo (em mil pessoas) – 2014.....	55
Tabela 8 – Distribuição da PEA por posição na ocupação no trabalho principal, por sexo (em mil pessoas) – 2014 .....	56
Tabela 9 – Distribuição de mulheres e homens por grupamentos de atividades no trabalho principal (em mil pessoas) – 2014.....	58
Tabela 10 - Rotatividade entre os trabalhadores com carteira assinada e estatutários, por sexo – 2014 .....	59
Tabela 11 – Desligamentos por motivo, segundo sexo, em 2014 .....	60
Tabela 12 – Tempo de permanência no trabalho principal dos ocupados, por sexo – 2014 ....	61
Tabela 13 – Distribuição dos ocupados por grupo de horas habitualmente trabalhadas por semana em todos os trabalhos, por sexo – 2014.....	62

## SUMÁRIO

<b>CAPÍTULO 1: TEMA E OBJETO DE ESTUDO.....</b>	<b>14</b>
1. 1 OBJETIVOS .....	17
1.1.1 Objetivo geral .....	17
1.1.2 Objetivos específicos.....	17
1.2 METODOLOGIA .....	17
1.3 ESTRUTURA DO TRABALHO.....	19
<b>CAPÍTULO 2: A MULHER NO MODO DE PRODUÇÃO CAPITALISTA.....</b>	<b>20</b>
2.1 EXPLORAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO NA INDÚSTRIA CAPITALISTA .....	20
2.2 A MULHER EXPLORADA: O CAPITAL QUE SUGA NO DUPLO SENTIDO .....	24
<b>CAPÍTULO 3: O TRABALHO NUMA ECONOMIA DEPENDENTE .....</b>	<b>31</b>
3.1 A INSERÇÃO DA AMÉRICA LATINA NA ECONOMIA MUNDIAL .....	31
3.2 A SUPEREXPLORAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO.....	34
3.3 A SUPEREXPLORAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO FEMININA .....	37
<b>CAPÍTULO 4: O TRABALHO DA MULHER NA ECONOMIA DEPENDENTE BRASILEIRA .....</b>	<b>40</b>
4.1 CONSIDERAÇÕES METODOLÓGICAS SOBRE O TRABALHO FEMININO.....	40
4.2 BREVE HISTÓRICO SOBRE A INSERÇÃO DA MULHER NO MERCADO DE TRABALHO BRASILEIRO .....	41
4.3 O COMPORTAMENTO DO MERCADO DE TRABALHO BRASILEIRO A PARTIR DOS ANOS 2000.....	48
4.4 A ATUAL CONDIÇÃO DO EMPREGO FEMININO NO BRASIL .....	55
<b>CAPÍTULO 5: CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>65</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>71</b>

## CAPÍTULO 1: TEMA E OBJETO DE ESTUDO

A inserção feminina no mercado de trabalho tem sido um tema de crescente debate na sociedade e pesquisa científica, especialmente pelas discrepâncias de rendimentos em relação aos homens. Os motivos disso, entretanto, dividem opiniões: existem aqueles que naturalizam os baixos rendimentos em razão da incorporação recente das massas de trabalhadoras no mercado de trabalho, outros a justificam pelos baixos salários inerentes às ocupações que a maior parcela das mulheres se inserem, entre outros. Também existem os que atribuem os menores salários à escolha pessoal das mulheres, como pode ser visto abaixo no trecho da matéria “Diferença salarial: por que as mulheres ganham menos?”, do portal MSN:

Quem gosta mais de dinheiro vai, inconscientemente, deixar em segundo plano as outras moedas e abrir mão da segurança dos horários fixos, estabilidade e tempo para dedicar à família. Há mais homens ganhando mais e em cargos de chefia porque eles, culturalmente, priorizam a carreira e colocam a família em segundo plano, explica o consultor.

Para Ferraz, a grande maioria das mulheres preferem trabalhos que privilegiem segurança a dinheiro. Mas tanto homens como mulheres que deixam de lado a segurança, seja por estarem atrás de mais dinheiro, status ou aprendizado, correm o risco de tornarem-se instáveis por conta da carga horária mais elevada e pela pressão constante por resultados.<sup>1</sup>

Embora afirmações como esta encontrem algum respaldo nos meios de comunicação e entre alguns profissionais de Recursos Humanos, sua consistência não resiste a uma análise minuciosa deste fenômeno.

Ao se inserirem no mercado de trabalho as mulheres enfrentam grandes dificuldades. Além de ter rendimentos inferiores dos homens, as mulheres têm dupla jornada de trabalho em virtude do papel que desempenham no âmbito familiar. Mesmo possuindo mais anos de escolaridade, as mulheres ainda recebem rendimentos inferiores aos dos homens. Além da dificuldade para ocuparem uma vaga, as mulheres também apresentam maiores dificuldades para manterem-se nela.

Na contramão de análises reducionistas e que pretendem apenas justificar os fenômenos, este trabalho se propõe a compreender a inserção feminina no mercado de trabalho, apresentando seus determinantes históricos, à luz de uma bibliografia onde o lugar

---

<sup>1</sup> Disponível em: <<http://estilo.br.msn.com/tempodemulher/carreira/diferen%C3%A7a-salarial-por-que-as-mulheres-ganham-menos>>. Acesso em: Março, 2014.

ocupado pelas mulheres na economia para a produção material. Conforme afirmado originalmente por Marx, “indivíduos que produzem em sociedade, ou seja, a produção de indivíduos socialmente determinada: eis naturalmente o ponto de partida.” (MARX, 2008, p. 182).

O ponto de partida de uma pesquisa é o seu método, que não deve ser aleatório, mas, que permita compreender a natureza dos fenômenos. Para isso, é necessário inicialmente afastar os motivos que não trazem respaldo na materialidade. O fenômeno a ser estudado – a discrepância de rendimentos entre mulheres e homens – poderá ser compreendido através do materialismo histórico-dialético.

Uma contribuição valorosa da aplicação do método materialista histórico e dialético foi dada por Engels (2012), em sua obra “A origem da família, da propriedade privada, e do Estado”, de 1884, onde ele desnaturaliza a concepção de família patriarcal e monogâmica, utilizando como fonte alguns estudos antropológicos feitos naquela época.

A obra de Engels é importante para introduzir este tema, pois se trata do primeiro reconhecimento da exploração da mulher pelo homem, situando este debate a partir da derrota que as mulheres sofreram quando o direito materno foi abolido e se instaurou o patriarcado. Segundo Engels, a submissão da mulher foi o primeiro passo dado em direção à propriedade privada, que originou a monogamia. A família monogâmica, com centralidade na figura masculina é, portanto, uma consequência de como a materialidade relegou à mulher a escravidão do lar.

Dessa forma, pois, as riquezas, à medida que iam aumentando, davam, por um lado, ao homem uma posição mais importante que a da mulher na família e, por outro lado, faziam com que nascesse nele a ideia de valer-se desta vantagem para modificar, em proveito de seus filhos, a ordem da herança estabelecida. Mas isso não se poderia fazer enquanto permanecesse vigente a filiação segundo o direito materno. Esse direito teria que ser abolido, e o foi. E isto não foi tão difícil quanto hoje nos parece. Tal revolução — uma das mais profundas que a humanidade já conheceu — não teve necessidade de tocar em nenhum dos membros vivos da gens. Todos os membros da gens puderam continuar sendo o que até então haviam sido. Bastou decidir simplesmente que, de futuro, os descendentes de um membro masculino permaneceriam na gens, mas os descendentes de um membro feminino sairiam dela, passando à gens de seu pai. (ENGELS, 2012, p. 76)

A família que se desenvolve, na sua forma acabada que conhecemos na civilização, é reconhecida por Marx e Engels como a forma mais primitiva de propriedade privada:

Com a divisão do trabalho, na qual todas essas contradições estão dadas e que, por sua vez, se baseia na divisão natural do trabalho na família e na separação da sociedade em diversas famílias opostas umas às outras, estão dadas ao

mesmo tempo a distribuição e, mais precisamente, a distribuição desigual, tanto quantitativa quanto qualitativamente, do trabalho e de seus produtos; portanto, está dada a propriedade, que já tem seu embrião, sua primeira forma, na família, onde a mulher e os filhos são escravos do homem. A escravidão na família, ainda latente e rústica, é a primeira propriedade, que aqui, diga-se de passagem, corresponde já à definição dos economistas modernos, segundo a qual a propriedade é o poder de dispor da força de trabalho alheia. Além do mais, divisão do trabalho e propriedade privada são expressões idênticas – numa é dito com relação à própria atividade aquilo que, noutra, é dito com relação ao produto da atividade. (MARX; ENGELS, 2007, p. 36-37)

Heleieth Saffioti, feminista e marxista, contribui de forma fundamental com este debate. Ela afirma que embora o patriarcado e o racismo sejam anteriores ao capitalismo, este tem uma apropriação muito peculiar de ambos, de forma que separar estes conceitos tem utilidade para facilitar a compreensão, mas na prática eles são unidos em torno de um sistema de exploração-dominância, que ela denomina de patriarcado-racismo-capitalismo (SAFFIOTI, 1987).

É fundamental, portanto, compreender como a mulher é explorada dentro do capitalismo de forma distinta do homem. Mais precisamente, compreender como a mulher, dentro da sua condição material de reprodução, irá ter seus esforços e personalidade moldados para servir ao capitalismo, sendo socializada como ser inferior, carregando o estigma da reprodução, e sendo inferiorizada em função disso.

Um segundo ponto fundamental que este trabalho leva em consideração é a estrutura econômica brasileira, concebida como uma economia subdesenvolvida e dependente. Esta consideração permite que se compreenda a situação feminina de forma distinta a de demais países, onde as relações de produção se situam no marco do capitalismo central.

O modo de produção capitalista, além de se caracterizar pelas relações de assalariamento que expropriam da classe trabalhadora parte do seu produto social sob a forma de massa de mais-valia, também desenvolve mecanismos de subordinação entre nações. A incorporação da América Latina ao comércio mundial no século XVI determinou nos séculos que se seguiram a dependência e a exploração, apresentando particularidades no que diz respeito ao lugar que a mulher ocupa neste continente. Por tanto, é necessário que se diferencie a condição específica da mulher numa economia periférica.

Este entendimento é fundamental para que não se recaia no erro de fazer análises colonizadoras, que explicariam os fenômenos através de uma suposta inferioridade na qual somos submetidos, como se o mundo das ideias determinasse as condições materiais.

De forma antagônica a esta ideia, reconhecemos que é um conjunto de determinantes históricos e de condição econômica e social do mercado de trabalho que irá impactar sobre as

mulheres. Esta longa reflexão permitirá analisar dados estatísticos e compreendê-los de forma adequada.

## 1. 1 OBJETIVOS

### 1.1.1 Objetivo geral

O objetivo geral deste trabalho é investigar a atual condição da mulher no mercado de trabalho brasileiro através de seus determinantes históricos e estruturais, ou seja, de uma economia capitalista e dependente.

### 1.1.2 Objetivos específicos

- i) Resgatar a concepção de Marx acerca da mercadoria força de trabalho e compreender, a partir disso, a inserção feminina no modo de produção capitalista;
- ii) Analisar como a relação específica entre capital e trabalho que se desenvolve em virtude da dependência interfere na situação da mulher;
- iii) Apresentar informações sobre a posição da mulher no mercado de trabalho brasileiro, destacando sua incorporação a partir da década de 1970 aos dias atuais e enfatizando os determinantes de sexo.

## 1.2 METODOLOGIA

Analisar a situação da mulher na economia brasileira, uma economia de capitalismo dependente, não seria possível sem partir dos pressupostos teóricos e do método de análise desenvolvidos por Marx, o método histórico-dialético.

Uma mera análise de indicadores do mercado de trabalho não forneceria os elementos necessários para apreender o objeto de pesquisa. O fenômeno em si, por exemplo, as discrepâncias entre homens e mulheres no que se refere a rendimentos, são dados que só podem ter sua natureza compreendida a partir de um esforço intelectual para além da observação deste fenômeno. Segundo Kosik:

O fenômeno indica a essência e, ao mesmo tempo, a esconde. A essência se manifesta no fenômeno, mas só de modo inadequado, parcial, ou apenas sob certos ângulos e aspectos. O fenômeno indica algo que não é ele mesmo e vive apenas graças a seu contrário. A essência não se dá imediatamente; é mediata ao fenômeno e, portanto se manifesta em algo diferente daquilo que é. A

essência se manifesta no fenômeno. O fato de se manifestar no fenômeno revela seu movimento e demonstra que a essência não é inerte nem passiva. Justamente por isso o fenômeno revela a essência. A manifestação da essência é precisamente a atividade do fenômeno. (KOSIK, 1976, p. 11)

Portanto, é imprescindível ter ciência de que os fenômenos não expressam de imediato a sua essência, de modo que o método de análise deve nos auxiliar nesta tarefa, ou seja, a busca da essência.

Por esse motivo, o método escolhido para análise não é um conjunto de regras formais, pois isso não seria condizente com o método marxiano de análise (NETTO, 2009). Tampouco se trata de colocar a pesquisadora como um ser passivo que analisa os fenômenos de um ponto de vista neutro, mas como um agente ativo que procura se apropriar da teoria para compreender os fenômenos.

[...] a teoria é a reprodução, o plano do pensamento, do movimento real do objeto. Esta reprodução, porém, não é uma espécie de reflexo mecânico, com o pensamento espelhando a realidade tal como um espelho reflete a imagem que tem diante de si. Se assim fosse, o papel do sujeito que pesquisa, no processo do conhecimento, seria meramente passivo. Para Marx, ao contrário, o papel do sujeito é essencialmente ativo: precisamente para apreender não a aparência ou a forma dada do objeto, mas a sua essência, a sua estrutura e a sua dinâmica (mais exatamente: para apreendê-lo como um processo), o sujeito deve ser capaz de mobilizar um máximo de conhecimentos, criticá-los, revisá-los e deve ser dotado de criatividade e imaginação. O papel do sujeito é fundamental no processo de pesquisa. (NETTO, 2009, p. 6)

O método desenvolvido por Marx superou o dos economistas clássicos no sentido de que estes haviam observado a realidade, que lhes aparecia como um todo complexo e caótico, e a partir daí passaram a desenvolver abstrações teóricas (o mundo das ideias), sem ainda ter feito o caminho de retorno, para o concreto idealizado, já pensado a partir do seu percurso anterior. Este processo de investigação científica é o correto, uma vez que:

[...] do concreto representado chegaria a abstrações cada vez mais tênues, até alcançar as determinações mais simples. Chegado a esse ponto, teria que fazer a viagem de modo inverso, [...] mas dessa vez não como uma representação caótica de um todo, porém como uma rica totalidade de determinações e relações diversas. (MARX, 2008, p. 258)

Considerando que o objeto de investigação deste trabalho parte de um fenômeno – as diferenças entre rendimentos de mulheres e homens – e busca alcançar as suas determinações essenciais materiais dialéticas, o método desenvolvido por Marx aparece como o adequado para cumprir com a proposta.

### 1.3 ESTRUTURA DO TRABALHO

O primeiro capítulo apresenta o assunto central do estudo, ou seja, a inserção da mulher no mercado de trabalho de uma economia capitalista e dependente. Também fazem parte desse capítulo os objetivos e os procedimentos metodológicos. O segundo capítulo discute a forma como o capitalismo se apropriou da força de trabalho feminina como trabalhadora assalariada e reprodutora de força de trabalho, mostrando como o trabalho reprodutivo/doméstico determina a condição feminina no capitalismo, seja pela realização do trabalho não-pago, seja pelas consequências que a reprodução traz para as mulheres quando estas se inserem no mercado de trabalho.

O terceiro capítulo apresenta a Teoria Marxista da Dependência, resgatando a categoria da superexploração da força de trabalho, imprescindível para a compreensão de como a situação feminina nos países dependentes tem um caráter específico.

O quarto capítulo apresenta um breve histórico da inserção feminina no mercado de trabalho brasileiro, destacando em seguida alguns dados que, por um lado, confirmam a vigência da superexploração da força de trabalho no Brasil e, por outro, mostram como o as mulheres sentem as consequências desta estrutura.

No último capítulo são feitas as considerações finais, ponderando em que medida a situação da mulher apresentada no quarto capítulo é explicada através das categorias de análise que foram tratadas nos capítulos dois e três, além vincular o debate teórico feito neste trabalho com a militância feminista.

## **CAPÍTULO 2: A MULHER NO MODO DE PRODUÇÃO CAPITALISTA**

Pode-se dizer que o modo de produção capitalista se apoia numa enorme quantidade de trabalho não-pago. A forma mais conhecida de trabalho não-pago é a mais-valia, que é apropriada pelo capitalista e considerada o motor da acumulação de capital.

Outra forma de trabalho não-pago se refere ao trabalho reprodutivo/doméstico, mas neste caso são exclusivamente as mulheres que são expropriadas. Por esse motivo, este capítulo tratará de examinar como o capital age em relação às mulheres, tomando como partida a incorporação da mulher na indústria capitalista e depois tratando da importância do trabalho reprodutivo/doméstico como delimitador da condição da mulher.

### **2.1 EXPLORAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO NA INDÚSTRIA CAPITALISTA**

A inserção feminina na indústria capitalista é descrita por Marx (2010) como determinada em função do nascimento da maquinaria e da revolução provocada pelo modo de extrair mais-valia. Além do aumento da produtividade, também reflete a dispensa a necessidade da força muscular. Isso possibilita, portanto, a incorporação de crianças e mulheres nas fileiras de exploração do chão de fábrica. “Por isso, a primeira preocupação do capitalista, ao empregar a maquinaria, foi a de utilizar o trabalho das mulheres e das crianças.” (MARX, 2010, p. 451). Desta forma, o capital torna todos os membros da família aptos ao trabalho na fábrica, sem limites quanto à idade ou ao sexo.

Na contribuição intelectual em *O Capital*, Marx pesquisa “o modo de produção capitalista e as correspondentes relações de produção e circulação.” (MARX, 2010, p. 16). Através de um grande processo de elaboração e reflexão, Marx elabora um esquema teórico que inicia no estudo da *mercadoria* e chega às leis gerais que regem o modo de produção capitalista. Uma das categorias que Marx desenvolve em seu arcabouço teórico é a *força de trabalho*, definida como sendo “o conjunto das faculdades físicas e mentais existentes no corpo e na personalidade viva de um ser humano, as quais ele põe em ação toda vez que produz valores-de-uso de qualquer espécie” (MARX, 2010, p. 197).

No capitalismo a força de trabalho nada mais é do que uma mercadoria cujo possuidor a vende constantemente, uma vez que precisa disso para sobreviver, pois expropriado historicamente e desprovido da propriedade dos meios de produção. Sob essa condição a grande massa de pessoas já não está estreitamente vinculada ao produto do seu trabalho, tais

como os produtores individuais, mas se constitui de trabalhadores assalariados. Forja-se o mercado de trabalho:

Para transformar o dinheiro em capital, tem o possuidor do dinheiro de encontrar o trabalhador livre no mercado de mercadorias, livre nos dois sentidos, o de dispor, como pessoa livre, de sua força de trabalho como sua mercadoria, e o de estar livre, inteiramente despojado de todas as coisas necessárias à materialização de sua força de trabalho, não tendo, além desta, outra mercadoria para vender. (MARX, 2010, p. 199)

Esta mercadoria, no entanto, é diferente das demais. Ela possibilita que o comprador realize o seu valor-de-uso criando mais valor.

Para extrair o valor do consumo de uma mercadoria, o nosso possuidor de dinheiro deve ter a felicidade de descobrir, dentro da esfera da circulação, no mercado, uma mercadoria cujo valor-de-uso possua a propriedade peculiar de ser fonte de valor, de modo que consumi-la seja realmente encarnar trabalho, criar valor, portanto. E o possuidor de dinheiro encontra no mercado essa mercadoria especial: é a capacidade de trabalho ou a força de trabalho. (MARX, 2010, p. 197)

O valor da força de trabalho é definido por Marx como qualquer outra mercadoria, ou seja, pelo tempo de trabalho socialmente necessário à sua produção, ou seja, à sua reprodução biológica.

O tempo de trabalho necessário à produção da força de trabalho reduz-se, portanto, ao tempo de trabalho necessário à produção desses meios de subsistência, ou o valor da força de trabalho é o valor dos meios de subsistência necessários à manutenção de seu possuidor. (...) Um elemento histórico e moral entra na determinação do valor da força do trabalho, o que a distingue das outras mercadorias. Mas, para um país determinado, num período determinado, é dada a quantidade média dos meios de subsistência necessários. (MARX, 2010, p. 201)

Para manter a oferta de força de trabalho no mercado, deve o vendedor de força de trabalho se repor, procriar-se. Logo:

A soma dos meios de subsistência necessários à produção da força de trabalho inclui também os meios de subsistência dos substitutos dos trabalhadores, os seus filhos, de modo que se perpetue no mercado essa raça peculiar de possuidores de mercadorias. (MARX, 2010, p. 202)

Acerca destas tais condições para que a força de trabalho exista e se reproduza, uma série de críticas foram feitas por intelectuais feministas. Para Silvia Federici (2014), Marx não trata de forma devida o trabalho que é desempenhado pelas mulheres, ou seja, seu *trabalho reprodutivo*. Como trabalho reprodutivo nos referimos não apenas ao ato de reproduzir/parir

um novo ser humano, mas todo o trabalho dispendido para recompor uma força de trabalho, ou seja, todo o trabalho investido no cuidado, na produção e preparo da alimentação, na organização e manutenção do espaço de convivência familiar (limpeza da casa, das roupas, educação dos filhos, apoio psicológico aos membros da família, fazer sexo, etc.). Por isso, trata-se de trabalho reprodutivo ou trabalho doméstico.

Federici (2014) critica a abordagem sucinta que Marx realizou da reprodução da força de trabalho, ao não tratar devidamente o trabalho doméstico, o sexo e a procriação. Segundo ela:

En los pocos momentos que se refiere a la reproducción biológica, la trata como un fenómeno natural, argumentando que es mediante los cambios en la organización de la producción que periódicamente se crea un surplus de población para satisfacer las necesidades variables del mercado de trabajo. (FEDERICI, 2014, p. 100)

Para Federici (2014), fatores históricos explicam a aparente indiferença de Marx com a função desempenhada pelas mulheres na produção e reprodução da força de trabalho. Por um lado, o proletariado feminino neste momento estava empregado majoritariamente nas fábricas ao lado de seus filhos e dos homens, ao passo que as mulheres que pertenciam à burguesia tinham criadas e não participavam de atividades domésticas relacionadas à produção da força de trabalho. Por outro lado, a família nuclear ainda não havia se desenvolvido. Por família nuclear se compreende a instituição que o próprio capital desenvolveu por necessitar de uma formação que fosse base para a reprodução da força de trabalho.

Para Federici (2013):

Lejos de ser una estructura precapitalista, la familia, tal y como la conocemos en «Occidente», es una creación del capital para el capital, una institución organizada para garantizar la cantidad y calidad de la fuerza de trabajo y el control de la misma. (FEDERICI, 2013, p. 58, 59)

Pois, no momento em que Marx desenvolve seu estudo, as jornadas de trabalho maçantes, que ultrapassavam até 15 horas diárias, não davam espaço físico nem tempo para que se desenvolvesse uma vida familiar.

No entanto, até aquele momento do desenvolvimento capitalista a incorporação de todos os membros da família foi importante pela queda provocada no preço da força de trabalho. Se no início da revolução industrial havia empecilhos à incorporação de todos os membros da família, devido às restrições relacionadas à força física necessária para operar o

maquinário, com a incorporação da maquinaria as forças de trabalho feminina e infantil são as que o capital primeiro se ocupa de explorar:

Assim, de poderoso meio de substituir trabalho e trabalhadores, a maquinaria transformou-se imediatamente em meio de aumentar o número de assalariados, colocando todos os membros da família do trabalhador, sem distinção de sexo e idade, sob o domínio direto do capital. O trabalho obrigatório, para o capital, tomou o lugar dos folguetos infantis e do trabalho livre e realizado, em casa, para a própria família, dentro de limites estabelecidos pelos costumes. (MARX, 2010, p. 451)

Quando todos os membros da família são lançados ao domínio da maquinaria, o capital desvaloriza a força de trabalho do trabalhador adulto. Por exemplo, quatro forças de trabalho podem custar mais ao capitalista do que custava antes empregar um adulto, mas agora ele tem a sua disposição quatro jornadas de trabalho, “e o preço da força de trabalho cai na proporção em que o trabalho excedente dos quatro ultrapassa o trabalho excedente de um.” (MARX, 2010, p. 452)

Uma situação particularmente degradante se desenvolve neste momento da história: o tráfico de crianças. Antes o trabalhador vendia a sua própria mercadoria, sua força de trabalho, agora ele vende mulheres e filhos (MARX, 2010). Inúmeros relatórios produzidos na época são citados em *O Capital*, para ilustrar a miséria que vivia a classe trabalhadora, mais especialmente crianças e mães: crianças que trabalhavam para poderem comer, até a realização de leilões de crianças de 9 anos, vendidas para trabalharem uma semana.

A degradação moral a que foram submetidas as mulheres e seus filhos pela exploração capitalista são chocantes. Em virtude do emprego na fábrica ocupar a vida das mulheres, o número de óbitos nos primeiros anos de vida era altíssimo:

Conforme demonstrou uma investigação médica oficial em 1861, pondo-se de lado circunstâncias locais, as altas taxas de mortalidade decorrem principalmente de trabalharem as mães fora de casa. Daí resulta serem as crianças abandonadas e malcuidadas. Esse desleixo se revela na alimentação inadequada ou insuficiente e no emprego de narcóticos; além disso, as mães, desnaturadamente, se tornam estranhas a seus próprios filhos e, intencionalmente, os deixam morrer de fome ou os envenenam. (MARX, 2010, p. 455)

Como, diante deste cenário, Marx não havia enxergado a centralidade do trabalho reprodutivo para a acumulação de capital, sendo que nesta época, ele viu uma classe trabalhadora que não tinha sequer condições de reproduzir a si mesma, possuindo uma expectativa de vida baixíssima? Federici (2014) interpreta que essa insuficiência tem origem no tempo histórico em que Marx viveu.

La actividad doméstica, como rama específica de la producción capitalista, estaba bajo el horizonte histórico y político de Marx hasta el final de la clase trabajadora industrial. Aunque desde la primera fase del desarrollo capitalista, y específicamente en el período mercantilista, el trabajo reproductivo fue subsumido formalmente a la acumulación capitalista; fue solo a finales del siglo XIX que el trabajo doméstico emergió como motor clave para la reproducción de la fuerza de trabajo industrial, organizada por el capital para el capital, de acuerdo a los requerimientos de la producción fabril. (FEDERICI, 2014, p. 100)

Até esta fase do capitalismo, quando a classe trabalhadora não havia ainda se organizado o suficiente para conquistar direitos, o trabalho reprodutivo havia se contraído ao mínimo possível, o que Marx tornou visível com os relatos sobre as condições de vida e trabalho de mães e crianças.

É necessário reiterar que a relevância da mulher na economia não se limitou ao papel desempenhado a partir desta época, quando passa a ocupar o chão de fábrica. Scott (1994) pondera que a mulher trabalhadora, obviamente, já existia antes do capitalismo industrial, mas somente neste momento da história que se visibiliza o papel que ela desempenha, em função dos questionamentos acerca da compatibilidade entre a feminilidade e o trabalho assalariado. Diz a autora que, no decurso da Revolução Industrial, a mulher torna-se uma “figura perturbadora e visível”.

## 2.2 A MULHER EXPLORADA: O CAPITAL QUE SUGA NO DUPLO SENTIDO

Conforme observamos anteriormente, o duplo papel realizado pela mulher trabalhadora nesta fase do capitalismo trouxe grandes consequências e gerou inúmeros debates e conflitos, inclusive entre os próprios trabalhadores. Esses conflitos marcaram de forma radical o modo como se construiu historicamente o papel feminino dentro da economia capitalista e ainda delimitam a condição feminina nos tempos atuais.

A história da separação entre o lar e o trabalho seleciona e organiza a informação de modo a obter um certo efeito, um efeito que sublinha vincadamente diferenças biológicas e funcionais entre homens e mulheres, legitimando e institucionalizando assim essas diferenças como base da organização social. Esta interpretação da história do trabalho feminino alimentou e contribuiu para a opinião médica, científica, política e moral a que se tem chamado, com variantes, “ideologia da domesticidade” ou “doutrina das esferas separadas”. Seria preferível referi-la como o discurso que no século XIX conceitualizou o gênero como uma divisão sexual do trabalho “natural” (SCOTT, 1994, p. 444-446).

As diferenças de sexo no contexto capitalista realizaram um duplo ataque às mulheres: pelo lado do capital, que se apropriava da sua condição de sexo para extrair delas maiores taxas de mais-valia, remunerando abaixo do que os trabalhadores homens recebiam; e pelo lado da própria classe trabalhadora e do sindicalismo.

Em relação aos ataques dentro da classe trabalhadora, isso ocorria em razão da competição que se criava dentro dessa classe, muito característica da ideologia construída pelo capitalismo que se impregna na classe trabalhadora. Em relação aos sindicatos:

[...] na maioria dos casos, eles procuravam proteger os empregos e os salários dos trabalhadores masculinos, mantendo as mulheres afastadas das suas profissões e, a longo prazo, afastadas do mercado de trabalho. Durante as greves, o preconceito mantinha-se nas pautas das reivindicações, uma vez que quase nada diziam a respeito dos direitos das mulheres trabalhadoras. As desigualdades salariais eram aceitas como fato inevitável e raramente eram incluídas nas discussões; quando discutidas, as mulheres eram vistas mais como uma ameaça do que como potenciais aliados. (NOGUEIRA, 2004, p. 19)

A respeito disso, a autora Heleieth Saffioti (2013) nos elucida de forma precisa, quando debate acerca do combate dos homens às mulheres no interior da classe operária. Segundo ela:

A grande maioria dos homens, centrando sua visão sobre a mulher como sua concorrente real no mercado de trabalho, deixa de perceber a situação feminina, e a sua própria, como determinadas pela totalidade histórica na qual ambos estão inseridos. (SAFFIOTI, 2013, p. 74)

Neste sentido, é importante observar que o debate e os argumentos nesta época tinham um forte apelo ao papel reprodutivo e doméstico desempenhado pela mulher. Segundo Frevert (1989):

Tal como os empregadores (embora nem sempre pelas mesmas razões), os oradores dos sindicatos invocavam estudos médicos e científicos para argumentar que as mulheres não eram fisicamente capazes de desempenhar “trabalho de homem”, ao mesmo tempo vaticinavam perigos para a sua moralidade. As mulheres poderiam tornar-se “socialmente assexuadas” ao fazerem trabalho de homem, podendo emascular os seus maridos se passassem muito tempo fora de casa para ganhar seus salários. Além de que o afluxo de mulheres à profissão e ao sindicato tornaria os homens “impotentes” na sua luta contra o capitalismo. (FREVERT, 1989, p. 99 *apud* SCOTT, 1994, p. 465-466)

Tais argumentos não parecem cabíveis se pensarmos nas massas de trabalhadoras que se incorporaram em diversos setores da economia e nos sindicatos. No entanto, uma breve reflexão sobre os argumentos apresentados mostra que a fundamentação disso ainda recebe

respaldo dentro da sociedade, ou seja, uma *feminilidade* é frequentemente atribuída às mulheres e o senso comum aceita que existem lugares pré-determinados que as mulheres devem ocupar.

Este debate é bastante longo e central para a teoria feminista, não sendo o objeto de estudo do presente trabalho. Por esse motivo será realizada uma brevíssima reflexão, apenas com a finalidade de desmistificar algumas questões e poder dar prosseguimento ao ponto de discussão que vínhamos até aqui trabalhando.

Como feminilidade se define a série de regras e lugares pré-determinados que uma menina é educada para ocupar. Isso atinge todas as esferas da sua vida, que vão desde a sua personalidade até os lugares que deve ocupar na sociedade. É por esse motivo que Simone Beauvoir afirma que “ninguém nasce mulher: torna-se mulher” (BEAUVOIR, 1980). As diferenças fundamentais em relação às expectativas e ambições que se tem em relação a um homem, ou menino, é que para a mulher o seu lugar como ser social é pavimentado de submissão. A feminilidade é, portanto, um conjunto de violências que as mulheres são submetidas a partir do momento em que nascem, conformando assim, lugares e características que as mulheres devem assumir.

Federici (2010) identifica na caça às bruxas o momento em que ocorre a grande derrota das mulheres na história, ao lado da derrota do matriarcado a que Engels (2012) se refere. Para a autora, a imposição da feminilidade ocorreu após um longo processo de perseguição e expropriação das mulheres, durante a acumulação primitiva.

Pues la caza de brujas destruyó todo un mundo de prácticas femeninas, relaciones colectivas y sistemas de conocimiento que habían sido la base del poder de las mujeres en la Europa precapitalista, así como la condición necesaria para su resistencia en la lucha contra el feudalismo. A partir de esta derrota surgió un nuevo modelo de feminidad: la mujer y esposa ideal —casta, pasiva, obediente, ahorrativa, de pocas palabras y siempre ocupada con sus tareas. Este cambio comenzó a finales del siglo XVII, después de que las mujeres hubieran sido sometidas por más de dos siglos de terrorismo de Estado. Una vez que las mujeres fueron derrotadas, la imagen de la feminidad construida en la «transición» fue descartada como una herramienta innecesaria y una nueva, domesticada, ocupó su lugar. (FEDERICI, 2010, p. 157)

Quando a mulher é incorporada na indústria capitalista, a sua feminilidade até então se confronta de forma brutal com o que se espera dela como trabalhadora assalariada:

As relações de produção, que durante tantos séculos mantiveram a mulher trancada em casa e submetida ao marido, que a sustentava, são as mesmas que, ao arrancar as correntes enferrujadas que a aprisionavam, impelem a mulher frágil e inadaptada à luta do cotidiano e a submetem à dependência econômica

do capital. A mulher ameaçada de perder toda a assistência, diante do temor de padecer privações e fome, vê-se obrigada a aprender a se manter sozinha, sem o apoio do pai ou do marido. A mulher defronta-se com o problema de adaptar-se rapidamente às novas condições de sua existência, e tem que rever imediatamente as verdades morais que herdou de suas avós. Dá-se conta, com assombro, de toda inutilidade do equipamento moral com que a educaram para percorrer o caminho da vida. As virtudes femininas – passividade, submissão, doçura – que lhe foram inculcadas durante séculos, tornaram-se agora completamente supérfluas, inúteis e prejudiciais. A dura realidade exige outras qualidades das mulheres trabalhadoras. Precisa agora de firmeza, decisão e energia, isto é, aquelas virtudes que eram consideradas como propriedade exclusiva do homem. (KOLONTAI, 2011, p. 17)

A ida da mulher para o chão de fábrica trouxe consequências, porque às confrontou com a sua identidade e educação até então recebida. Engels tem uma visão otimista acerca dessa passagem, quando discute o papel de submissão ocupado pela mulher na família:

Hoje, na maioria dos casos, é o homem que tem que ganhar os meios de vida, alimentar a família, pelo menos nas classes possuidoras; e isso lhe dá uma posição dominadora, que não exige privilégios legais especiais. Na família, o homem é o burguês e a mulher representa o proletário. No mundo industrial, entretanto, o caráter específico da opressão econômica que pesa sobre o proletariado não se manifesta em todo o seu rigor senão quando suprimidos todos os privilégios legais da classe dos capitalistas e juridicamente estabelecida a plena igualdade das duas classes. A república democrática não suprime o antagonismo entre as duas classes; pelo contrário, ela não faz senão proporcionar o terreno no qual o combate vai ser decidido. De igual maneira, o caráter particular do predomínio do homem sobre a mulher na família moderna, assim como a necessidade e o modo de estabelecer uma igualdade social efetiva entre ambos, não se manifestarão com toda a nitidez senão quando homem e mulher tiverem, por lei, direitos absolutamente iguais. Então é que se há de ver que a libertação da mulher exige, como primeira condição, a reincorporação de todo o sexo feminino à indústria social, o que, por sua vez, requer a supressão da família individual enquanto unidade econômica da sociedade. (ENGELS, 2012, p. 97)

No entanto, a mulher não se realiza de forma alguma, tampouco se liberta, pelo *ato de trabalhar em si mesmo*. Até porque, isso seria totalmente contraditório com o impulso do capital. Nesse sentido, Saffioti (2013) faz alguns apontamentos centrais para a análise. Ela afirma que neste contexto o capitalismo realizava a máxima retirada possível de mais-valia das trabalhadoras ao prolongar suas jornadas de trabalho, intensificar seus trabalhos e remunerá-las com salários inferiores aos dos homens. O rebaixamento salarial é uma das formas que o capitalismo encontra para realizar seu objetivo maior, o lucro. A autora ainda dá mais elementos para a análise ao pontuar a seguinte questão, fazendo referência à fase inicial do capitalismo:

As desvantagens sociais de que gozavam os elementos do sexo feminino permitiam à sociedade capitalista em formação arrancar das mulheres o máximo de mais-valia absoluta através, simultaneamente, da intensificação do trabalho, da extensão da jornada de trabalho e de salários mais baixos que os masculinos, uma vez que, para o processo de acumulação rápida de capital, era insuficiente a mais-valia relativa obtida através do emprego de tecnologia de então. A máquina já havia, sem dúvida, elevado a produtividade do trabalho humano; não, entretanto, a ponto de saciar a sede de enriquecimento da classe burguesa. (SAFFIOTI, 2013, p. 67)

É importante ressaltar também que, segundo Scott (1994), as mulheres nesse período trabalhavam em outros setores, além da fábrica, marcados pela precariedade, como comércio, pequenas manufaturas, serviços e repartições públicas.

A absorção de mulheres pelo assalariamento corresponde às necessidades do capital, de modo que “as oportunidades sociais oferecidas aos contingentes femininos variam em função da fase de desenvolvimento do tipo social em questão ou, em outros termos, do estágio de desenvolvimento atingido por suas forças produtivas”. (SAFFIOTI, 2013, p. 67)

É ilusório, no entanto, crer que a absorção de mulheres pelo capital, ou que a exploração, ocorra unicamente através do trabalho assalariado, ou seja, que apenas o trabalho considerado produtivo forneça ao capital o trabalho não-pago para que ele mantenha a extração de massa de mais-valia da classe trabalhadora.

Desde el mismo momento en el que la izquierda aceptó el salario como línea divisoria entre trabajo y no trabajo, producción y parasitismo, poder potencial e impotencia, la inmensa cantidad de trabajo que las mujeres llevan a cabo en el hogar para el capital escapó a su análisis y estrategias. Desde Lenin hasta Juliet Mitchell pasando por Gramsci, toda la tradición de izquierdas ha estado de acuerdo en la marginalidad del trabajo doméstico en la reproducción del capital y la marginalidad del ama de casa en la lucha revolucionaria. Según la izquierda, como amas de casa, las mujeres no sufren el capital sino que sufren por la ausencia del mismo. (FEDERICI, 2013, p. 52)

De acordo com a autora, as mulheres sofrem a exploração capitalista e contribuem para as necessidades do capital dentro de suas casas, exercendo o trabalho doméstico, ou mais amplamente, o trabalho reprodutivo. Sua incorporação à grande indústria capitalista e ao mercado de trabalho capitalista de forma geral, não significou uma liberação das atividades dentro de seus lares. Atividades estas que compreendem a geração de filhos e sua educação, todo o trabalho doméstico que recuperam a força de trabalho para seu retorno ao posto de trabalho no dia seguinte; a preparação de seus filhos para tornarem-se forças de trabalho, além do sexo, do cuidado psicológico e de demais funções que entre todos os membros da família, apenas a mãe e esposa fornece a todos os demais membros.

Seria ilusório e anti-marxista crer que existe uma separação entre o público e o privado, ou seja, que aquele trabalho desempenhado nos lares passa despercebido pelo capital e que ele não se apropria em nenhum sentido dele.

Esta ideología que contrapone la familia (o la comunidad) a la fábrica, lo personal a lo social, lo privado a lo público, el trabajo productivo al improductivo, es útil de cara a nuestra esclavitud en el hogar que, en ausencia de salario, siempre ha aparecido como si se tratase de un acto de amor. Esta ideología está profundamente enraizada en la división capitalista del trabajo que encuentra una de sus expresiones más claras en la organización de la familia nuclear. (FEDERICI, 2013, p. 62)

Ao contrário disso, o trabalho desempenhado pelas mulheres no interior dos lares é de extrema importância ao capital, superando as fronteiras e o estágio de desenvolvimento do capitalismo:

La disponibilidad de una fuerza de trabajo estable, bien disciplinada, es una condición esencial para la producción en cualquiera de los estadios del desarrollo capitalista. Las condiciones en las que se lleva a cabo nuestro trabajo varían de un país a otro. En algunos países se nos fuerza a la producción intensiva de hijos, en otros se nos conmina a no reproducirnos, especialmente si somos negras o si vivimos de subsidios sociales o si tendemos a reproducir «alborotadores». En algunos países producimos mano de obra no cualificada para los campos, en otros trabajadores cualificados y técnicos. Pero en todas partes nuestro trabajo no remunerado y la función que llevamos a cabo para el capital es la misma. (FEDERICI, 2013, p. 56)

O trabalho reprodutivo foi de extrema relevância para que o capitalismo pudesse fazer a sua passagem da produção de mais-valia absoluta para a mais-valia relativa. As exigências do capital por uma força de trabalho mais disciplinada e por um tipo de trabalhador menos desfigurado foram necessárias, segundo Federici (2014), quando no fim do século XIX há a passagem da indústria leve para a pesada. Neste momento, o capital passa a investir na reprodução do trabalho:

En términos marxistas, podemos decir que el desarrollo de la actividad reproductiva, y la consiguiente, emergencia del ama de casa de tiempo completo fueron productos de la transición de la extracción de plusvalor absoluto al relativo, como modo de explotación del trabajo. (FEDERICI, 2014, p. 101)

Federici (2010) aponta que a aprovação das Leis Fabris que limitaram o emprego de mulheres e crianças na fábrica pode ser considerado o primeiro investimento da classe capitalista na reprodução da força de trabalho em termos qualitativos. No entanto, ela não foi uma concessão do capital, mas uma forma que ele encontrou de articular a sua ânsia de exploração e conciliar com as exigências do proletariado industrial:

Forjada bajo la amenaza de la insurrección, ésta fue el resultado de una solución de compromiso entre otorgar mayores salarios, capaces de mantener a una esposa «que no trabaja» y una tasa de explotación más intensa. Marx habló de ella como el paso de la plusvalía «absoluta» a la «relativa», es decir, el paso de un tipo de explotación basado en la máxima extensión de la jornada de trabajo y la reducción del salario al mínimo, a un régimen en el que pueden compensarse los salarios más altos y las horas de trabajo más cortas con un incremento de la productividad del trabajo y del ritmo de la producción. (FEDERICI, 2010, p. 151)

A autora chama de *patriarcado do salário* esta dependência econômica que as mulheres ficam submetidas após os séculos de expropriação das suas terras, da expulsão dos trabalhos produtivos, da imposição da feminilidade e da reclusão na estrutura familiar.

Este capítulo procurou delimitar as condições em que o capital se apropria da força de trabalho feminina. Com isso, compreendemos como a mulher é absorvida pela fábrica com o advento da maquinaria e como essa inserção rebaixa o preço da força de trabalho. No assalariamento a mulher tem sua força de trabalho explorada de forma mais profunda do que o homem, através da extração da mais-valia absoluta. Dentro do lar a mulher realiza o trabalho reprodutivo, tarefa que é exclusivamente executada por ela e tem sua educação e formação como sujeito inteiramente associada à feminilidade, uma imposição violenta às meninas que conforma uma personalidade de interesse do capital.

Independente do contingente feminino ingressar em atividades remuneradas, estas continuam exercendo seu trabalho reprodutivo. Aquelas que ingressam no mercado de trabalho se encontram sobrecarregadas por uma dupla jornada de trabalho. Este trabalho reprodutivo assume relevância e centralidade para o capital quando ele faz a sua passagem para a indústria pesada, explorando de forma mais intensiva uma força de trabalho mais bem cuidada, justamente pela mulher que agora passa a se concentrar no trabalho reprodutivo.

Na sequência vamos situar a forma de exploração típica do capitalismo dependente brasileiro – a superexploração da força de trabalho. Esta categoria é central para se compreender a inserção da mulher na economia brasileira e sua situação atual.

### **CAPÍTULO 3: O TRABALHO NUMA ECONOMIA DEPENDENTE**

A relação entre capital e trabalho na economia brasileira pode ser explicada por meio do papel desempenhado pela América Latina no modo de produção capitalista.

Através da Teoria Marxista da Dependência (TMD), cujos formuladores interpretaram o subdesenvolvimento latino-americano a partir do lugar que o continente ocupa no capitalismo, é possível compreender o que determina a relação entre capital e trabalho no interior das economias nacionais. Afastando ilusões em relação ao subdesenvolvimento ser uma etapa do processo que culminaria no desenvolvimento, a TMD é fundamental para se compreender a dependência latino-americana e como o capital se apoia nas relações de produção superexplorando a força de trabalho para compensar sua debilidade na esfera da circulação, onde predomina a troca desigual.

Esta relação assume papel relevante e decisório para as mulheres brasileiras, que têm sua situação de exploração ainda mais agravada no quadro do subdesenvolvimento.

#### **3.1 A INSERÇÃO DA AMÉRICA LATINA NA ECONOMIA MUNDIAL**

A dependência latino-americana possui um caráter histórico, pois sua economia sempre esteve em consonância com o desenvolvimento do capitalismo internacional. Nos princípios, interessou à Europa extrair daqui metais preciosos e mercadorias, passando depois a ser essencial para o período industrial que seguiria principalmente no século XIX, como provedora de alimentos e matérias-primas.

La empresa colonial en el siglo XVI produjo capital de distintas maneras. Una fue la minería de oro y plata. La segunda fue la agricultura de plantación, principalmente en Brasil. La tercera fue el comercio con Asia de especias, telas y muchas otras cosas. El cuarto elemento fue la ganancia que retornó a las casas europeas de una variedad de empresas productivas y comerciales en América [...] El quinto fue la esclavitud. La acumulación de estos ingresos fue masiva. (BLAUT, 1992, p. 38 *apud* FEDERICI, 2010, p. 158).

Conquistada a independência política, essa servirá para que o eixo econômico se desloque para satisfazer as necessidades da Inglaterra, que se configurava como a potência mundial.

É a partir desse momento que as relações da América Latina com os centros capitalistas europeus se inserem em uma estrutura definida: a divisão

internacional do trabalho, que determinará o sentido do desenvolvimento posterior da região. Em outros termos, é a partir de então que se configura a dependência, entendida como uma relação de subordinação entre nações formalmente independentes, em cujo marco as relações de produção das nações subordinadas são modificadas ou recriadas para assegurar a reprodução ampliada da dependência. (MARINI, 2011a, p. 134,135)

A situação de dependência é entendida pela TMD, portanto, como forjada no interior do capitalismo, particularmente da necessidade que a Inglaterra possuía de ter a oferta de alimentos assegurada para que pudesse se especializar na produção industrial. Marini afirma que a possibilidade da Inglaterra de aprofundar a divisão do trabalho foi assegurada pela produção latino-americana de gêneros agropecuários, enquanto aos países industriais coube a produção de manufaturas.

Além dos alimentos, a produção de matérias-primas também foi assegurada pelos países latino-americanos. Essa produção cresceu em função do desenvolvimento da indústria no centro capitalista, que se centrava na busca da classe capitalista em realizar a maior extração de valores-de-uso possíveis da força de trabalho, por meio do prolongamento da jornada de trabalho (mais-valia absoluta) ou da diminuição do trabalho necessário (mais-valia relativa).

Neste aspecto, é importante considerar que ambas as formas de extração de mais-valia são tratadas por Marx como partes integrantes da ânsia do capital, ou seja, ambas ocorrem ao mesmo tempo: enquanto prolonga a jornada, o capital também desenvolve formas de diminuir o trabalho necessário. A mais-valia absoluta, no entanto, tem limitações, pois é inviável ao capital prolongar a jornada infinitamente, uma vez que a organização da classe trabalhadora conquista um conjunto de restrições legais.

Quando a rebeldia crescente da classe trabalhadora forçou o Estado a diminuir coercitivamente o tempo de trabalho, começando por impor às fábricas propriamente ditas um dia normal de trabalho, quando, portanto, se tornou impossível aumentar a produção da mais-valia, prolongando o dia de trabalho, lançou-se o capital, com plena consciência e com todas as suas forças, à produção da mais-valia relativa, acelerando o desenvolvimento do sistema de máquinas. (MARX, 2009, p. 467)

É então, através da mais-valia relativa que o capital prossegue sua acumulação, revolucionando as técnicas produtivas.

A produção de mais-valia relativa pressupõe, portanto, um modo de produção especificamente capitalista, que, com seus métodos, meios e condições, surge e se desenvolve, de início, na base da subordinação formal do trabalho ao capital. (MARX, 2009, p. 579)

Além deste fato, Marx argumenta que embora a mais-valia absoluta e relativa sejam integrantes de uma mesma totalidade, quando observada a taxa de mais-valia percebemos que seu incremento se tornou possível mediante a diminuição do trabalho necessário.

A função cumprida neste contexto pela América Latina foi de suprir o centro capitalista respondendo a tais “exigências da passagem para a produção de mais-valia relativa nos países industriais” (MARINI, 2011a, p. 138). Para que pudesse aprofundar sua produção, especializando-se unicamente na produção industrial, a Inglaterra pôde contar com o fornecimento de matérias-primas e alimentos, cuja demanda crescente foi satisfeita pela produção latino-americana de gêneros primários.

O efeito dessa oferta [...] será o de reduzir o valor real da força de trabalho nos países industriais, permitindo assim que o incremento da produtividade se traduza ali em taxas de mais-valia cada vez mais elevadas. Em outros termos, mediante a incorporação ao mercado mundial de bens-salário, a América Latina desempenha um papel significativo no aumento da mais-valia relativa nos países industriais. (MARINI, 2011a, p. 140)

A economia latino-americana se inseriu no comércio internacional, portanto, vendendo produtos agrícolas e comprando manufaturas, que vinham do centro capitalista. Com o tempo nota-se que existe uma tendência de queda dos preços dos produtos primários, enquanto as manufaturas tendem a ter seus preços estáveis.

Marini também analisa que as trocas entre centro e periferia se dão de forma desigual, ou seja, as trocas de produtos primários por manufaturas não obedecem a lei do valor, mas a violam, a medida em que nações industrializadas logram um lucro extraordinário ao comercializarem com nações débeis, que não tem capacidade produtiva de bens industriais. Assim, países que tem suas bases industriais estabelecidas vendem produtos acima do seu valor, se apoiando na sua maior produtividade ou no monopólio de produção, artifício que os países produtores de bens primários não possuem. Logo:

[...] as nações desfavorecidas devem ceder gratuitamente parte do valor que produzem, e que essa cessão ou transferência seja acentuada em favor daquele país que lhes venda mercadorias a um preço de produção mais baixo, em virtude de sua maior produtividade. (MARINI, 2011a, p. 145)

Ao capitalista da periferia resta lançar na esfera da produção o mecanismo de compensação de sua debilidade na circulação:

[...] nações desfavorecidas pela troca desigual não buscam tanto corrigir o desequilíbrio entre preços e o valor de suas mercadorias exportadas (o que implicaria um esforço redobrado para aumentar a capacidade produtiva do trabalho), mas procuram compensar a perda de renda gerada pelo comércio

internacional por meio do recurso de uma maior exploração do trabalhador. (MARINI, 2011a, p. 147)

Este recurso lançado pelos capitalistas da periferia foi a forma encontrada para compensar a incapacidade produtiva e a perda constante de mais-valia aos capitalistas do centro do capitalismo. Os efeitos da transferência de mais-valia nas economias periféricas são sentidos, portanto, pela classe trabalhadora latino-americana.

Para as burguesias nacionais não há prejuízo do ponto de vista do consumo: sua viabilidade é garantida porque os trabalhadores não são consumidores da sua produção. Há uma separação entre as esferas da produção e da circulação de mercadorias, ou seja, produz-se internamente, mas esta produção não precisa se realizar nos limites nacionais. Ao contrário, a exportação destes bens primários faz com que a produção se realize através do comércio exterior, resultando no efeito de que a classe trabalhadora latino-americana não seja consumidora de sua própria produção.

Nascida para atender as exigências da circulação capitalista, cujo eixo de articulação está constituído pelos países industriais, e centrada portanto sobre o mercado mundial; a produção latino-americana não depende da capacidade interna de consumo para sua realização. Opera-se, assim, desde o ponto de vista do país dependente, a separação dos dois momentos fundamentais do ciclo do capital – a produção e a circulação de mercadorias – cujo efeito é fazer com que apareça de maneira específica na economia latino-americana a contradição inerente à produção capitalista em geral, ou seja, a que opõe o capital ao trabalhador enquanto vendedor e comprador de mercadorias. (MARINI, 2011a, p. 155)

Não havendo empecilho para o capital na periferia, este vai compensar a transferência de valor para o centro capitalista através do mecanismo da superexploração da força de trabalho. Esta categoria analítica foi desenvolvida por Marini e assume centralidade para se compreender os marcos em que se dá a relação entre capital e trabalho no Brasil.

### 3.2 A SUPEREXPLORAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO

Marx parte do pressuposto quando inicia a análise sobre a força de trabalho que as mercadorias são trocadas na economia pelos seus equivalentes. A força de trabalho é uma mercadoria especial porque é ela quem cria valor. Diz Marx que o capitalista deve “[...] comprar a mercadoria pelo seu valor, vendê-la pelo seu valor e, apesar disso, colher, no fim do processo, mais valor do que lançou” (MARX, 2009, p. 197).

Obedecendo a esses pressupostos, o tempo de trabalho necessário para a reprodução da força de trabalho corresponde ao seu salário, em condições onde o preço (salário) se

equivale ao valor. O trabalho não remunerado, embolsado pelo capitalista, é chamado de mais-valia. Para medir o grau de exploração dos trabalhadores, calcula-se a taxa de mais-valia, que é a relação entre a mais-valia e capital variável. Dessa forma, podemos ter a dimensão de quão explorados estão sendo os trabalhadores.

Para compreender em que medida a categoria da superexploração da força de trabalho não viola a elaboração realizada por Marx, é necessário levar em conta que em diversas passagens d'O Capital ele trata desse tema admitindo o pagamento da força de trabalho abaixo do seu valor. Afirma ele que quando isso ocorre, a força de trabalho se atrofia. Outro ponto fundamental é lembrar que existe um descolamento entre preço e valor das mercadorias.

Um terceiro ponto se refere ao cuidado de não admitir que a violação do valor da força de trabalho se trata da violação da lei do valor, já que a dialética marxiana trata justamente de contra-tendências às leis que ditam a dinâmica do capital. A respeito disso, Luce (2013) argumenta:

Assim como Marx discutiu a capacidade de o capital contrarrestar a lei da queda tendencial da taxa de lucro através do comércio exterior, a superexploração da força de trabalho consiste de uma lei de tendência própria do capitalismo dependente, a qual segue a orientação de contrarrestar a transferência de valor a que as economias dependentes estão submetidas na divisão internacional do trabalho. (LUCE, 2013, p. 147)

Enquanto os países centrais realizavam a passagem para a mais-valia relativa, a América Latina teve de lidar com as suas perdas de mais-valia resultantes das trocas desiguais superexplorando a força de trabalho. Marini define assim claramente:

[...] a superexploração é melhor definida pela maior exploração da força física do trabalhador, em contraposição à exploração resultante do aumento da sua produtividade, e tende normalmente a se expressar no fato de que a força de trabalho se remunera abaixo de seu valor real. (MARINI 2011b, pg 180)

Logo, é justamente pela baixa produtividade do trabalho que se pratica a superexploração da força de trabalho na periferia latino-americana. Isso nos leva a atentar para o fato de que não é a superexploração uma forma de definir “mais exploração”, pois o grau de exploração se mede através da taxa de mais-valia. O trabalhador A pode ser superexplorado e mesmo assim, ter uma taxa de mais-valia abaixo do trabalhador B, que é melhor remunerado. Esta é a diferença, inclusive, entre países com alta produtividade – que têm na mais-valia relativa a sua forma predominante de exploração – dos países periféricos

que precisam realizar esta compensação pagando salários abaixo do valor da força de trabalho.

Osório (1975, p.7) considera que a categoria da superexploração da força de trabalho preenche o vazio teórico deixado por Marx, pois ela dá “cuenta de las formas que asume la violación del conjunto recondiciones necesarias para la producción y reproducción de la fuerza de trabajo, en los procesos de producción y circulación”. Argumenta ele que quando a exploração capitalista viola o valor da força de trabalho, esta exploração assume um caráter superexplorador.

Segundo Marini (2011a), a superexploração da força de trabalho é realizada por meio dos mecanismos de intensificação do trabalho, prolongamento da jornada e expropriação de parte do trabalho necessário ao trabalhador para que ele recomponha sua força de trabalho.

A intensificação do trabalho trata-se do aumento da produtividade do trabalho resultante da pressão sob o trabalhador, tendo como consequência um aumento da produção num mesmo período de tempo, fato que provoca um maior desgaste físico e psicológico do trabalhador. Já o prolongamento da jornada de trabalho se dá quando os trabalhadores fazem uma jornada maior do que o limite legal. Este caso é facilmente observado através das horas extras, que muitas vezes não são remuneradas, ou do banco de horas, que embora seja uma compensação de horas, na prática significa deixar à disposição do empregador a alocação de todo o tempo do trabalhador, podendo manejá-lo em função da demanda de trabalho. A flexibilização da jornada, através da hora extra e do banco de horas, faz com que o trabalhador perca o controle da sua rotina diária, uma vez que sua compensação sempre ocorrerá quando se tem menos demanda de trabalho. Já o trabalhador sem controle disso não pode sequer programar suas atividades de descanso e lazer. Essas pressões exercidas pelo capital constantemente fazem com que diminua o tempo de vida útil do trabalhador; aumente os acidentes de trabalho e doenças ocupacionais, além do estresse, doenças psiquiátricas e afastamentos.

A expropriação de parte do trabalho necessário ao trabalhador para que ele recomponha sua força de trabalho, também conhecida na literatura marxista como conversão de parcela do fundo de consumo do trabalhador em fundo de acumulação do capital, se trata da contratação da força de trabalho abaixo do seu valor. Verifica-se isso através da perda do poder de compra dos salários. Neste caso, a inflação representa um dos mais importantes mecanismos de transferência de renda da classe trabalhadora para o capital.

Uma das críticas geralmente feitas à categoria da superexploração da força de trabalho é de que ela se trata meramente de mais-valia absoluta. O próprio Marini esclarece acerca disso:

[...] o conceito de superexploração não é idêntico ao de mais-valia absoluta, já que inclui também uma modalidade de produção de mais-valia relativa – a que corresponde a um aumento da intensidade do trabalho. Por outra parte, a conversão do fundo de salário em fundo de acumulação de capital não representa rigorosamente uma forma de produção de mais-valia absoluta, posto que afeta simultaneamente os dois tempos de trabalho no interior da jornada de trabalho, e não somente o tempo de trabalho excedente, como ocorre com a mais-valia absoluta. (MARINI, 2011b, p. 180)

### 3.3 A SUPEREXPLORAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO FEMININA

As distintas relações de produção do centro e da periferia capitalista irão forjar condições também muito distintas para as mulheres. Essa diferenciação é importante para compreender de que forma as mulheres serão afetadas pelo subdesenvolvimento.

O capitalismo impõe o trabalho não-pago para as mulheres em função do papel reprodutivo que elas desempenham. A separação entre produção e reprodução que o capitalismo desenvolve marginaliza as mulheres, embora a reprodução seja de interesse de toda a sociedade. Logo, Saffioti (2013) argumenta que a maternidade deveria ter os seus prejuízos socializados:

Já que os problemas de ordem natural são, por assim dizer, tornados sociais pela civilização, é neste nível que suas soluções devem ser encontradas. A maternidade não pode, pois, ser encarada como uma carga exclusiva das mulheres. Estando a sociedade interessada no nascimento e socialização de novas gerações como uma condição de sua própria sobrevivência, é ela que deve pagar pelo menos parte do preço da maternidade, ou seja, encontrar soluções satisfatórias para problemas de natureza profissional que a maternidade cria para as mulheres. (SAFFIOTI, 2013, p. 86)

Em todos os países as mulheres sofrem os efeitos do capital, mas somente em alguns deles há uma socialização do ônus da reprodução, enquanto que em outros se tem dado como um problema individual.

Os países centrais que são beneficiados pela transferência de mais-valia garantem ao trabalho uma remuneração maior do que na periferia, possibilitando políticas como licenças maternidade e paternidade maiores<sup>2</sup>, jornadas de trabalho inferiores que irão impactar em

---

<sup>2</sup> Um recente estudo feito pela Organização Internacional do Trabalho, intitulado “La maternidade y la paternidade en el trabajo. La legislación y la práctica en el mundo” trata alguns indicadores que vão desde a vigência das licenças, fontes de financiamento, duração e estabilidade no emprego. Uma das conclusões dele é

especial sob as mulheres, que também sofrem da dupla jornada de trabalho nestes países. Segundo Saffioti,

Assim, se para o centro de dominância do sistema do capitalismo mundial as relações internacionais permitem atenuar as tensões geradas pela estruturação em classes sociais dessas sociedades, diminuindo a necessidade de utilização social do fator sexo como marginalizador de força de trabalho feminina, para os países periféricamente integrados naquele sistema o problema da mulher não encontra, tão facilmente, nem mesmo essa solução parcial. (SAFFIOTI, 2013, p. 199)

Logo, as mulheres têm uma situação muito distinta nos países onde prevalecem as relações de produção baseadas na superexploração da força de trabalho. A apropriação da renda nacional pelo trabalho é muito inferior nestes países, onde a burguesia compensa nas relações de produção suas perdas constantes de mais-valia na circulação. A superexploração se verifica, também, através das extensas jornadas de trabalho realizadas pelas mulheres que são assalariadas e donas-de-casa, além da ausência de mecanismos socializadores dos prejuízos. Na periferia as mulheres realizam, por isso, uma parcela maior de trabalho não-pago, advindas da ausência de políticas públicas e da débil legislação trabalhista, características do subdesenvolvimento.

O vínculo entre trabalho assalariado e reprodução é decisivo não apenas para as mulheres que têm filhos ou que pretendem tê-los, mas existe de forma marcante na estrutura ocupacional, caracterizando algumas ocupações como femininas, ou seja, aquelas que são vinculadas ao estereótipo feminino, porque se relacionam com o cuidado à saúde, à socialização dos menores, preparação de alimentos, magistério, limpeza e conservação.

Bruschini (1978) estudou a estrutura ocupacional brasileira na década de 1970, marcada como aquela em que se delineou mais claramente a inserção feminina nas atividades remuneradas. Segundo a autora, a posição ocupada pelo Brasil na economia mundial, com o maior contingente de trabalhadores se inserindo no setor terciário, restringia as possibilidades de ingresso das mulheres, além do que neste período houve uma diminuição da participação das mulheres na indústria. Por isso, o problema das mulheres na estrutura ocupacional teria dois agravantes: primeiro, porque uma economia subdesenvolvida gera empregos basicamente

---

de que “Las que más ventajas tienen en este sentido son las mujeres de las Economías Desarrolladas, en especial las que tienen un empleo formal y típico; las que menos, son las de África y Asia. La licencia parental y de paternidad remuneradas, y las instalaciones adecuadas para la lactancia y el cuidado infantil no están a disposición o al alcance de la mayoría de los hombres y las mujeres, o son inadecuados.” (Disponível em: <[http://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---dgreports/---dcomm/documents/publication/wcms\\_242618.pdf](http://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---dgreports/---dcomm/documents/publication/wcms_242618.pdf)>. Acesso em: Novembro, 2015).

no setor terciário; segundo, porque os guetos ocupacionais das mulheres teriam uma dinâmica de atração de força de trabalho que garantiria um baixo nível de salários.

A segregação ocupacional provoca o surgimento de um mercado de trabalho dual, que permite explicar as diferenças de salário entre homens e mulheres em termos da análise da oferta e da procura. Na medida em que a procura de mão-de-obra feminina se restringe a pequeno número de empregos, enquanto a oferta de mão-de-obra desse sexo é grande e tende a crescer, os salários das mulheres continuam a ser proporcionalmente menores do que os dos homens pelo simples fato de haver grande quantidade de mão-de-obra concentrada em pequeno número de trabalhos de mulher. Da mesma forma, esses trabalhos de mulher são os de menor prestígio, porque refletem a posição do sexo feminino na sociedade mais ampla. (BRUSCHINI, 1978, p. 18)

Há um fundamento importante que a autora levanta: as ocupações ditas femininas possuem menores salários porque são caracteristicamente femininas, e a restrição do ingresso feminino garante um desemprego alto o suficiente nestas ocupações para que os salários sejam baixos.

Entretanto, sua análise se limita a uma explicação decorrente da oferta e demanda de trabalhadores, por isso se torna insuficiente. Ela não analisa a condição da mulher como submetida a uma disputa entre capital e trabalho, mais precisamente, entre o capital da periferia e o trabalho superexplorado. Por isso seu artigo não responde de maneira suficiente ao problema colocado.

Neste capítulo foi possível compreender a relação específica entre capital e trabalho que se desenvolve na América Latina e dá origem à superexploração da força de trabalho. Através da contribuição da TMD compreendemos que a transferência de mais-valia da periferia para o centro irá delimitar uma condição mais adversa para a classe trabalhadora dentro dos países dependentes, uma vez que não possuem os mesmos mecanismos dos países centrais para atenuar as disputas entre capital e trabalho.

Desta forma, as mulheres sentem mais fortemente os efeitos do subdesenvolvimento em virtude do trabalho reprodutivo, que também delimita a inserção da mulher na estrutura ocupacional de forma mais concentrada, onde elas formam os chamados guetos ocupacionais. Com isso, uma grande massa de trabalhadoras se diversifica pouco dentro da estrutura ocupacional, o que contribui para os baixos níveis salariais. No entanto, existem outras determinações além destas que elencamos neste capítulo.

No próximo capítulo será feita uma breve recuperação histórica, onde poderemos analisar os determinantes estruturais que fizeram as mulheres irem para o assalariamento.

## **CAPÍTULO 4: O TRABALHO DA MULHER NA ECONOMIA DEPENDENTE BRASILEIRA**

Ao longo dos anos as mulheres expandiram sua participação no mercado de trabalho. A partir da década de 1970 a participação da mulher no mercado de trabalho apresenta uma tendência cada vez maior de crescimento.

Algumas considerações metodológicas sobre as estatísticas que tratam do trabalho da mulher serão feitas na primeira seção do capítulo, seguido de um breve histórico da inserção feminina no mercado de trabalho brasileiro situando este movimento dentro das condições do mercado de trabalho e dos rendimentos da classe trabalhadora. Logo, serão apresentados e analisados alguns dados recentes do mercado de trabalho, que refletem a condição de superexploração da força de trabalho e, por último, os dados serão desagregados por sexo para compreender a atual situação da mulher na economia brasileira.

### **4.1 CONSIDERAÇÕES METODOLÓGICAS SOBRE O TRABALHO FEMININO**

A primeira consideração se refere às atividades femininas que eram ocultadas pelas pesquisas pela sua estreita vinculação ao trabalho reprodutivo. Segundo Bruschini (1994):

O papel de dona-de-casa, desempenhado pela maior parte das mulheres em idade adulta, é contabilizado nas coletas como inatividade econômica. Dada a maior difusão e aceitação social desta função feminina, é bastante provável que ela seja declarada como a principal ocupação da informante, mesmo quando ela exerce também outro tipo de tarefa. (BRUSCHINI, 1994, p.179)

Assim, surge um duplo problema: o emprego fora de casa é ocultado e a atividade de dona-de-casa considerada como inatividade econômica. Somente a partir de 1992 o assunto ganhou uma outra dimensão, uma vez que o IBGE elaborou a questão que aparece em suas pesquisas da seguinte forma: “realizou ou não afazeres domésticos na semana anterior? ”. Com isso, foi possível visualizar tais atividades nas estatísticas<sup>3</sup>, mesmo que não se tenha alterado o caráter da classificação das atividades domésticas como inatividade econômica. Esta reclassificação permite dimensionar o trabalho realizado na esfera reprodutiva.

Sobre este ponto, Scott (1994) alerta que o primeiro censo que classificou as mulheres que realizavam exclusivamente o trabalho doméstico como desocupadas foi o de 1881 na

---

<sup>3</sup> Informação obtida na página da Fundação Carlos Chagas. Disponível em: <<http://www.fcc.org.br/bdmulheres/apresentacao.php?area=apresentacao>>. Acesso em: Outubro, 2015.

Inglaterra. “Uma vez que as mulheres que se dedicavam ao trabalho doméstico foram classificadas como 'desocupadas', a taxa de atividade feminina desceu para metade”. (SCOTT, 1994, p. 473)

Outro problema observado por Bruschini (1994) se refere às trabalhadoras agrícolas e àquelas do meio urbano que tem seu trabalho doméstico não-pago, confundido com as atividades remuneradas, e que frequentemente são captadas nas estatísticas como inativas. Isso revela o caráter problemático da concepção capitalista e patriarcal do trabalho doméstico. A respeito dos dados estatísticos, a autora afirma que:

As estatísticas sobre a participação econômica feminina, portanto, devem ser analisadas com extrema cautela, pois além de revelarem apenas a parcela não-doméstica da contribuição da mulher à sociedade, tendem ainda a subestimá-la. (BRUSCHINI, 1994, p. 179)

Somente em 2001 o IBGE incluiu na PNAD a pergunta relativa a quantas horas são dedicadas semanalmente para os afazeres domésticos. Mesmo assim, ainda permanece a classificação das mulheres que se dedicam inteiramente ao trabalho doméstico não-remunerado como inativas, junto com estudantes, aposentados, inválidos e rentistas.

Cabe mencionar também que a PNAD alterou o conceito de trabalho em 1992. Segundo a Fundação Carlos Chagas:

No novo conceito de trabalho são caracterizadas as condições de trabalho remunerado, sem remuneração e na produção para o consumo e construção próprios ou para o grupo familiar. (...) Os efeitos da nova metodologia são muito mais contundentes para o caso do trabalho feminino, sobretudo o rural que, a partir de 92, em termos relativos, quase que duplica. (Disponível em <<http://www.fcc.org.br/bdmulheres/notas.php?area=notas>>. Acesso em: Novembro, 2015).

No mesmo ano a PNAD introduziu a categoria “trabalhadores domésticos”, que se refere ao emprego doméstico remunerado. As atividades domésticas realizadas por donas-de-casa ainda permanecem como inatividade econômica.

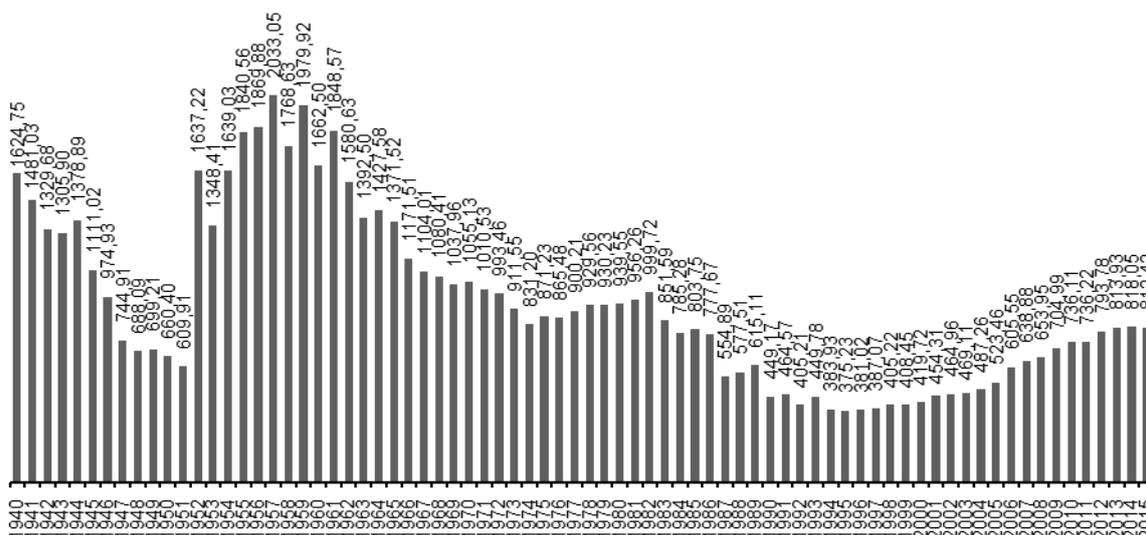
## 4.2 BREVE HISTÓRICO SOBRE A INSERÇÃO DA MULHER NO MERCADO DE TRABALHO BRASILEIRO

O ingresso feminino no mercado de trabalho se acentua a partir da década de 1970 é considerado por Bruschini (1994) como consequência das condições econômicas das famílias naquele momento. A autora argumenta que nesta época ocorreu uma notável deterioração dos salários, o que impactou fortemente na renda doméstica. As perdas salariais que a classe

trabalhadora sofreu ao longo das décadas pós-golpe militar e seguida com a redemocratização pode ser analisada através da evolução do Salário Mínimo (SM).

O Gráfico 1 mostra os valores médios anuais do salário mínimo a preços de setembro de 2015, segundo base de dados do DIEESE. Esta instituição propõe oito fases para classificar a trajetória do salário mínimo desde sua criação até hoje<sup>4</sup>. Podemos observar através do Gráfico 1 que foi especialmente durante a 5ª fase, de 1965 a 1975 (arrocho), que localizamos o período na qual as famílias passam pela necessidade econômica que as faz lançar no assalariamento duas forças de trabalho, em vez de apenas uma.

Gráfico 1 – Médias Anuais do Salário Mínimo - Município de São Paulo (não inclui 13º salário), em R\$ de Setembro/2015



Fonte e elaboração: DIEESE

Naquela época o salário mínimo já tinha passado pelo período de corrosão (1960 a 1964), com queda de R\$ 1.979,92, em 1959, para R\$ 1.427,58, em 1964. Ao fim da fase do arrocho, em 1975, o SM alcançou uma média anual de R\$ 871,23.

Essas perdas sistemáticas nos rendimentos da classe trabalhadora foram adotadas como política macroeconômica dos governos militares, para realizar o combate à inflação. Segundo o DIEESE (2010):

<sup>4</sup> As fases são: primeira fase: implantação – 1940 a 1945; segunda fase: não observância das regras e rebaixamento do valor – 1946 a 1951; terceira fase elevação – 1952 a 1959; quarta fase: corrosão – 1960 a 1964; quinta fase: arrocho – 1965 a 1975; sexta fase: leve reação – 1976 a 1982; sétima fase: nova corrosão – 1983 a 1994 e oitava fase: recuperação gradual – 1995 em diante. (DIEESE, 2010)

A política de “arrocho salarial” foi adotada como meio de combater a inflação, e o poder de definição de reajustes e aumentos foi centralizado no poder Executivo, retirando-se o poder normativo da Justiça do Trabalho no que dizia respeito às revisões de salários e transmutando o SM em um elemento da política essencialmente macroeconômica do governo. (DIEESE, 2010, p. 104 e 105)

Cabe destacar que esses fatos reafirmam a importância do SM como fixador de rendimentos da classe trabalhadora. No entanto, o mais importante a considerar é como o arrocho salarial serviu de instrumento da classe dominante para aumentar o grau de exploração da classe trabalhadora, contando com o aparato repressivo da Ditadura Militar.

A consequência desta política foi o aprofundamento da desigualdade no país:

Depois do Golpe e até final da década de 1970, o SM deixou de estar presente na pauta sindical. A contenção do SM e a restrição da ação sindical fizeram com que os salários de base permanecessem rebaixados, o que, aliado ao crescimento dos salários mais altos e da economia, veio a ampliar a desigualdade de renda no país. (DIEESE, 2010, p. 105)

As perdas salariais daquele período impactaram fortemente sobre a renda das famílias, provocando uma ampliação considerável da participação feminina nas atividades assalariadas.

Este quadro pode ser melhor compreendido a partir de uma contribuição dada por Marini (2008), no seu texto “Las razones del neodesarrollismo”. Embora o estudo da questão da mulher não estivesse no escopo teórico de Marini, ele consegue fazer apontamentos fundamentais que ajudam a complementar as questões que foram trabalhadas até agora.

Marini (2008) demonstra que a insuficiência do Salário Mínimo (SM) ampliou o ingresso de mulheres e jovens no mercado de trabalho. Com isso, amplia-se a exploração, pois têm-se duas forças de trabalho, em vez de apenas uma. Para Marini,

Ante el aumento del valor de su fuerza de trabajo y la caída del salario mínimo, la clase obrera brasileña, para asegurar la reproducción de su fuerza de trabajo, ha sido forzada a repartir el valor de ésta entre más miembros de la familia. Con ello, el capital no sólo compra con menos dinero una masa mayor de trabajo, sino que aumenta considerablemente la tasa de explotación. (MARINI, 2008, p. 214, 215)

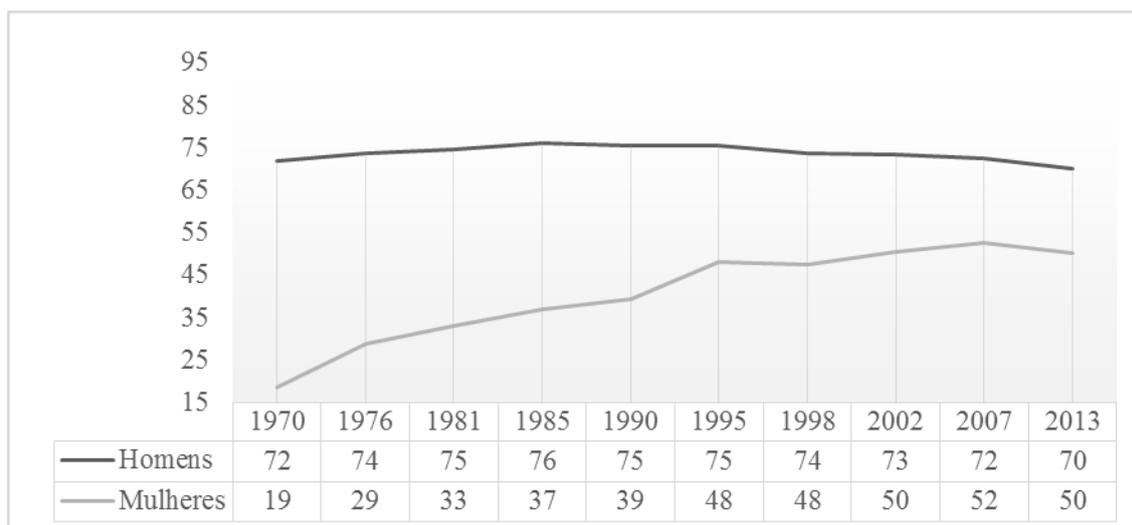
Logo, o ingresso feminino no mercado de trabalho não apenas converte uma parcela maior de trabalho excedente ao capital, como também explora uma força de trabalho pagando menos do que a masculina, ou seja, aproveitando-se da condição de desvantagem que o sexo confere às mulheres.

Es, pues, en función de la caída del salario mínimo y la explotación inmisericorde de la mujer y del menor como se explica que —pese a que se

haya duplicado el número de miembros de la familia que trabajan— el ingreso familiar haya disminuido. (MARINI, 2008, p. 216)

Ele também afirma que o baixo preço da força de trabalho feminina correspondia à grande incorporação que se acelerou no período. Esta ampliação se manteve ao longo das décadas seguintes ao seu estudo, conforme pode ser observado pelo Gráfico 2, que apresenta a evolução da taxa de atividade, indicador que consiste na proporção de indivíduos da População Economicamente Ativa (PEA) em relação à População em Idade Ativa (PIA). Pode-se ver que houve uma expansão considerável do emprego feminino ao longo de toda a série. Enquanto o ingresso masculino manteve-se estável ao passo que as mulheres ampliaram a sua participação em 163% ao longo da série histórica.

Gráfico 2 – Taxa de atividade por sexo (%)



Fonte: Censo e PNAD. Elaboração própria.

Cabe examinar, então, quais outros fatores, além da necessidade econômica das famílias, que ampliou esse contingente de força de trabalho. Segundo Bruschini (1994), outra característica do ingresso feminino durante a década de 1970 foi a entrada de mulheres mais instruídas e das camadas médias da sociedade no mercado de trabalho, o que indica também que as necessidades de consumo foram ampliadas. Segundo a autora:

A elevação, nos anos 70, das expectativas de consumo, face à proliferação de novos produtos e à grande promoção que deles se fez, redefiniu o conceito de necessidade econômica, não só para as famílias das camadas médias, mas também para as de renda mais baixa, entre as quais, embora a sobrevivência seja a questão crucial, passa a haver também um anseio de ampliar e diversificar a cesta de consumo. Trabalhar fora de casa para ajudar no orçamento doméstico adquire novas possibilidades de definição, que se

expressam de maneiras diferentes em cada camada social, mas que só se viabilizam pela existência de emprego. (BRUSCHINI, 1994, p. 180)

Logo, segundo a autora, o crescimento econômico ocorrido nesta década abriu espaço para incorporação de grandes massas assalariadas, que ampliaram suas necessidades de consumo. A autora também destaca a importância nesta época do processo de urbanização<sup>5</sup>, que deslocou grandes massas para as cidades e as levou a ocupar as novas vagas de empregos geradas neste período.

Outros fatores também influenciaram esta tendência do emprego crescente de trabalhadoras, especialmente durante os anos 1970. Cabe mencionar as mudanças crescentes nos padrões de comportamento da sociedade: as mulheres passam a ter acesso crescente à escolarização ao longo das décadas; a possibilidade de evitar filhos (que provoca uma queda da natalidade)<sup>6</sup>; e a atividade remunerada que se generaliza e se torna acessível principalmente às mulheres que estavam entrando na fase adulta.

A persistência do ingresso feminino se manteve durante a década de 1980. Enquanto os salários se deterioravam, a economia sofria uma forte crise (em oposição ao crescimento da década anterior) e o desemprego alcançava grandes índices, havia uma grande absorção de trabalhadoras.

De acordo com Bruschini (1994), o setor terciário da economia passou a desempenhar papel importante nesta década, impulsionado pelas instituições financeiras, pelo comércio e repartições públicas, além do grande contingente de trabalhadores que foi absorvido pela informalidade e pelos subempregos. Para a autora,

A recessão provoca alterações na distribuição da população economicamente ativa, que se desloca dos setores primário e secundário da economia para o terciário, que terá em toda essa década papel fundamental, evitando maiores quedas no nível de emprego. (BRUSCHINI, 1994, p. 180)

Esta conjuntura marcada pela crise econômica e pela depreciação dos salários foi fundamental para que as mulheres continuassem se inserindo no assalariamento. Pressionadas pela necessidade econômica, as mulheres ampliam sua participação em todo o período.

Nas camadas mais pobres da população, mas também nas camadas médias inferiores, onde se fizeram sentir violentamente os efeitos tanto do crescimento econômico com concentração de renda, quanto da crise

---

<sup>5</sup> Segundo dados do Censo, a população urbana cresceu 4,44% durante a década de 70, enquanto a população rural apresentou um decréscimo de -0,62%.

<sup>6</sup> A taxa de fecundidade apresenta uma queda sistemática a partir da década de 70. Segundo o Censo Demográfico elaborado pelo IBGE, em 1960 a taxa de fecundidade era de 6,28 filhos/mulher, declinando para 5,76 em 1970; 4,35 em 1980; alcançando 2,85 em 1990 e chegando aos 2,38 em 2000 e a 1,9 em 2010.

econômica, a participação das mulheres em atividades remuneradas visando a complementação do orçamento doméstico tornou-se cada vez mais necessária. (BRUSCHINI, 1989, p. 17)

Ao longo da década de 1980 há um aumento considerável da atividade remunerada feminina entre mulheres casadas, que segundo Bruschini (1994) passam de 20%, em 1980, para 37%, em 1990. A tendência prevalece na década seguinte, segundo Bruschini e Lombardi (2002), chegando a 51,3% em, 1998.

Durante a década de 1990, com a adoção da política neoliberal ocorreu a retirada de diversos direitos trabalhistas, com consequências negativas para a classe trabalhadora, sob recomendação do Consenso de Washington. Essas políticas, especialmente durante os governos FHC, incluíra a privatização de empresas públicas, a liberalização econômica que provocou a falência de diversos setores indústrias e o aprofundamento da concentração de renda.

Para a classe trabalhadora os efeitos foram as elevadas taxas de desemprego, modificações na legislação trabalhista e queda do poder aquisitivo dos trabalhadores. O trabalho assalariado e a formalização, que há cinco décadas se encontravam em expansão, sofrera queda e comprometera a renda da população e aprofundam a concentração de renda.

Segundo o DIEESE (2001):

Mesmo nos piores momentos dos anos 80, assolados pela crise do endividamento externo e pela hiperinflação latente, não houve um retrocesso tão abrangente na situação do trabalho. O crescimento do desemprego ocorrido no período de 81-83 causou perplexidade, pois o país crescia há mais de dez anos de forma significativa. No entanto, esse desemprego foi rapidamente absorvido após 1984, chegando a 1989 a seus menores índices da década, principalmente devido ao impulso dado pela geração de empregos no setor público. O mesmo não ocorreu nos anos 90, em que, nos momentos de retomada do crescimento econômico, como no período de 93 a 97, as taxas de desemprego continuaram elevadas, praticamente insensíveis ao ritmo da atividade produtiva. Anos de chumbo para os trabalhadores. (DIEESE, 2001, p. 11)

O DIEESE (2001) informa que a taxa de desemprego (incluindo o desemprego oculto) na região metropolitana de São Paulo passou de 8,7% em 1989, para 19,3%, em 1999. Quando desagregado por sexo, observa que 21,7% das mulheres estavam desempregadas em 1999 nessa região, já a taxa de desemprego entre os homens ficou em 17,3%.

É nesta época que também se registram os menores valores do SM desde sua implementação, conforme pode ser observado na Tabela 1, que mostra os dados ordenados por valores. Para os estratos sociais mais pauperizados da população, a situação era dramática: além das altas taxas de desemprego, aqueles trabalhadores que se encontravam ocupados

também sofriam com os baixos salários, já que eles tinham seus rendimentos nivelados pelo SM.

Tabela 1 – Menores valores do Salário Mínimo a preços de setembro de 2015

<b>Mês</b>	<b>Valor</b>
Março-92	339,66
Outubro-94	333,56
Julho-94	328,21
Novembro-94	325,01
Dezembro-94	322,43
Agosto-94	321,62
Fevereiro-95	318,95
Março-95	313,34
Abril-95	304,96
Agosto-92	300,26
Dezembro-92	289,58
Abril-92	281,30

Fonte: DIEESE

Neste período, é importante destacar que as mulheres apresentaram uma média de anos de estudo maior que os homens, além de constituírem maioria no ensino médio e nas faculdades.

Bruschini e Lombardi (2002) recuperam uma contribuição de Rosemberg (1989), sobre as pressões sofridas pelas mulheres advindas da estrutura patriarcal da sociedade.

Em primeiro lugar, as alunas do 1º grau obtêm melhores resultados escolares do que os alunos, e suas taxas de evasão e repetência são mais baixas do que as deles, o que as leva em maior número ao nível seguinte de estudo. Em segundo, a cultura escolar vigente em sociedades patriarcais como a brasileira exigiria das meninas, e não dos meninos, atitudes de dedicação aos estudos, obediência e bom comportamento, favoráveis à permanência na escola e ao prosseguimento dos estudos (ROSEMBERG, 1989, *apud*, LOMBARDI; BRUSCHINI, 2002, p. 96)

Desta forma, as mulheres estariam mais disciplinadas, através da violência exercida pelo patriarcado, a estudarem mais e terem melhor desempenho escolar. No entanto, mesmo que tenham se tornado mais instruídas e aumentado a participação em postos de trabalho com melhor remuneração, as mulheres ainda não estariam bem colocadas no mercado de trabalho de uma forma geral. As autoras, portanto, não alimentam ilusões sobre a posição ocupada pelas mulheres neste período:

Poderíamos finalizar afirmando que, na década de 90, as trabalhadoras brasileiras apresentaram perfil mais maduro e mais instruído do que no passado. No entanto, o acréscimo de escolaridade significou avanços concretos em direção a postos de trabalho mais qualificados, mais prestigiosos e melhor remunerados para um número limitado de mulheres. Apesar de verem seus índices de escolaridade elevados em relação ao passado recente e, agora, mais elevados do que os dos homens, as brasileiras podem dispor, de fato, da histórica parcela de cerca de um terço dos melhores empregos do País — aqueles formalizados através do registro em carteira e protegidos pelas legislações trabalhista e previdenciária —, continuando a representar a maioria entre as posições mais desfavoráveis do mercado de trabalho. (BRUSCHINI, LOMBARDI, 2002, p. 101)

De modo geral, ao longo destas três décadas as mulheres ampliaram significativamente sua participação nas atividades assalariadas, chegando até 1998 com uma taxa de atividade de 48%, conforme apresentado no Gráfico 2.

#### 4.3 O COMPORTAMENTO DO MERCADO DE TRABALHO BRASILEIRO A PARTIR DOS ANOS 2000

Mesmo com a ascensão do Partido dos Trabalhadores à presidência em 2003 houve a manutenção da orientação de política econômica já vigente, que se concentrava, principalmente, nas altas taxas de juros e no superávit fiscal. Mesmo assim, compromissos estabelecidos com frações dos movimentos sociais, especialmente com a Central Única dos Trabalhadores, garantiu a criação de programas de transferência de renda (como o Bolsa Família) e políticas para o mercado de trabalho, principalmente em relação ao salário mínimo e ao emprego.

Em relação ao salário mínimo, nota-se que ocorreu uma elevação considerável ao longo do período. Quando o presidente Lula assumiu a presidência, o SM se encontrava em R\$ 200,00 nominais. Segundo o DIEESE (2015), em 2004 as Centrais Sindicais lançaram um movimento unitário reivindicando a valorização do SM. Como consequência, houve uma elevação em todos os anos seguintes, sendo que em 2007 se acordou uma política permanente de valorização até 2023:

Essa política tem como critérios o repasse da inflação do período entre as correções, o aumento real pela variação do PIB, além da antecipação da data-base de revisão - a cada ano - até ser fixada em janeiro, o que aconteceu em 2010. (DIEESE, 2015)

Entretanto, o valor vigente ainda está longe de atingir o Salário Mínimo Necessário<sup>7</sup>, estimativa que tem servido de base para mensurar o valor da força de trabalho e avaliar em que medida o salário mínimo oficial está cobrindo o seu custo da reprodução. Em outubro de 2015, o Salário Mínimo Necessário para manter uma família de quatro pessoas era de R\$ 3.210,28; que correspondia a quatro vezes o valor do salário mínimo vigente, que é de R\$ 788,00.

Na Tabela 2 pode-se ver a evolução e a distribuição da População em Idade Ativa (PIA). Primeiro, destaca-se o aumento de 20,2% da PIA no período da análise. Na sua composição, a PEA diminuiu o seu peso relativo (de 61,4% em 2003 para 61% em 2014) e a PNEA aumentou (de 38,6% para 39%). Segundo a Fundação Perseu Abramo (2013), a diminuição relativa da força de trabalho, representada pela queda do peso da PEA na PIA, está relacionado à postergação do ingresso de jovens no mercado de trabalho e ao envelhecimento da população.

Tabela 2 – Distribuição da População em Idade Ativa (em mil pessoas)

<b>Indicadores</b>	<b>2003</b>	<b>%</b>	<b>2014</b>	<b>%</b>	<b>Variação %</b>
<b>PIA</b>	<b>145.743</b>	<b>100,0</b>	<b>175.234</b>	<b>100,0</b>	<b>20,2</b>
PNEA	56.258	38,6	68.410	39,0	21,6
PEA	89.485	61,4	106.824	61,0	19,4

Fonte: PNAD/IBGE

Em relação à PEA, Tabela 3 mostra a variação que ocorreu entre 2003 e 2014 na sua composição. Os desocupados diminuíram em 15,3% em termos absolutos, chegando a 6,9% da PEA em 2014.

Entre os ocupados que estão melhores colocados no contexto do mercado de trabalho, os empregados aumentaram em 38,1%, a incorporação mais significativa entre os ocupados no período, que criou mais de 18 milhões de vagas. Os empregadores aumentaram 10,2%, o que pode estar relacionado à expansão do crédito que ocorreu no período.

Entre as ocupações que possuem vínculos frágeis no mercado de trabalho e que criaram postos de trabalho, destaca-se os trabalhadores domésticos (4,6% de crescimento); conta própria (17,2%), trabalhadores na construção para o próprio uso (3,4%) e trabalhadores

<sup>7</sup> Segundo o DIEESE: “Para calcular o Salário Mínimo Necessário, o DIEESE considera o preceito constitucional de que o salário mínimo deve atender as necessidades básicas do trabalhador e de sua família e cujo valor é único para todo o país. Usa como base o Decreto lei nº 399, que estabelece que o gasto com alimentação de um trabalhador adulto não pode ser inferior ao custo da Cesta Básica de Alimentos.”. Fonte: <<http://www.dieese.org.br/metodologia/metodologiaCestaBasica.pdf>>. Acesso em: Novembro, 2015.

na produção para o próprio consumo (30,7%). Percebe-se que todas as ocupações, portanto, continuaram abrindo vagas, mas que nenhuma absorveu relativamente tantos trabalhadores quanto a categoria dos empregados.

Segundo o DIEESE (2012), a melhora na distribuição do emprego está relacionada ao crescimento econômico ocorrido na primeira década dos anos 2000, que gerou principalmente postos formais de trabalho.

Outra alteração importante para a melhora geral do emprego em termos quantitativos se refere aos ocupados que declaravam não possuir remuneração, pois caíram pela metade neste período.

Tabela 3 – Distribuição da PEA por posição na ocupação no trabalho principal (em mil pessoas)

<b>Posição na ocupação no trabalho principal</b>	<b>2003</b>	<b>% da PEA</b>	<b>2014</b>	<b>% da PEA</b>	<b>Variação %</b>
<b>PEA</b>	<b>89.485</b>	<b>100,0</b>	<b>106.824</b>	<b>100,0</b>	<b>19,4</b>
Desocupados	8.710	9,7	7.376	6,9	-15,3
Empregados	43.906	49,1	60.651	56,8	38,1
Trabalhadores domésticos	6.203	6,9	6.491	6,1	4,6
Empregadores	3.385	3,8	3.729	3,5	10,2
Conta própria	18.058	20,2	21.171	19,8	17,2
Trabalhadores na construção para o próprio uso	118	0,1	122	0,1	3,4
Trabalhadores na produção para o próprio consumo	3.386	3,8	4.427	4,1%	30,7
Não remunerados	5.720	6,4	2.856	2,7%	-50,1

Fonte: PNAD/IBGE

A Tabela 4 apresenta a distribuição do emprego entre os setores da economia, onde pode-se observar que as atividades agrícolas tiveram uma queda expressiva da participação no emprego, na ordem de 9,2 p.p.; outras atividades que também apresentaram queda na participação sobre o total de empregos foram a indústria e indústria de transformação, comércio e reparação, administração pública e serviços domésticos.

Destaca-se que o setor agrícola foi o único que apresentou queda no emprego em termos absolutos, com uma diminuição de aproximadamente dois milhões de empregos, efeito direto do aumento da composição orgânica do capital provocada pela expansão do agronegócio.

A queda da participação do emprego da indústria e da indústria de transformação (ambas em -2,8 p.p.) se trata de um efeito da sistemática queda na participação na economia brasileira desde 1980, o que vários economistas, com destaque para Cano (2012), classificam como desindustrialização.

Os serviços domésticos também reduziram a participação (-2,10 p.p.), o que ocorreu em virtude do aumento do nível salarial das domésticas, provocado pelo aumento real do salário mínimo. Assim, com o aumento do preço destes serviços, tradicionalmente precarizados e mal remunerados, as vagas criadas não acompanharam o restante do mercado de trabalho.

Outros setores com uma queda na participação de dimensões menos expressivas foram o comércio e reparação (-1,2 p.p.) e a administração pública (-0,2 p.p.).

Das atividades que expandiram o emprego e a participação no total, a construção teve seu aumento (2,5 p.p.) motivado pelos investimentos do governo nos últimos anos, mas que é conhecida por gerar empregos de baixa qualidade, já que possuem alta rotatividade e elevado número de acidentes de trabalho.

As demais categorias (alojamento e alimentação, transporte, armazenagem e comunicação, educação, saúde e serviços sociais e pessoais, outros serviços coletivos, sociais e pessoais) se encontram dentro do grupo do Setor de Serviços, que manteve a tendência de elevação do emprego observada nas últimas décadas e tem absorvido um contingente de trabalhadores que saem das atividades agrícolas e industriais. Cabe ressaltar que este setor também tem crescido no contexto da ampliação do ingresso das mulheres no assalariamento, o que ampliou os mercados ligados à reprodução da força de trabalho, tais como as creches e a alimentação fora do domicílio.

Tabela 4 – Distribuição do emprego por grupamentos de atividades no trabalho principal (em mil pessoas)

<b>Grupamentos de atividade</b>	<b>2003</b>	<b>%</b>	<b>2014</b>	<b>%</b>	<b>Pontos percentuais de diferença</b>
Agrícola	16.747	26,4	14.466	17,2	-9,20
Indústria	11.588	18,3	13.023	15,5	-2,80
Indústria de transformação	10.937	17,3	12.229	14,5	-2,80
Construção	5.259	8,3	9.103	10,8	2,50
Comércio e reparação	14.315	22,6	18.055	21,4	-1,20
Alojamento e alimentação	2.916	4,6	4.643	5,5	0,90
Transporte, armazenagem e comunicação	3.749	5,9	5.454	6,5	0,60
Administração pública	4.019	6,3	5.145	6,1	-0,20
Educação, saúde e serviços sociais	7.222	11,4	10.205	12,1	0,70
Serviços domésticos	6.203	9,8	6.492	7,7	-2,10
Outros serviços coletivos, sociais e pessoais	3.004	4,7	4.192	5	0,30
Outras atividades	5.554	8,8	8.605	10,2	1,40
Atividades mal definidas ou não declaradas	199	0,3	0	0	-0,30
Atividades mal definidas	0	0	64	0,1	0,10

Fonte: PNAD/IBGE

Em relação aos rendimentos, a Tabela 5 nos apresenta o rendimento por classes, considerando apenas o trabalho principal. Houve aumento na participação das faixas de mais de meio até 1 SM (0,5 p.p.), mais de 1 a 2 SM (7 p.p.) e de mais de 2 a 3 SM (1,8 p.p.). Todas as demais faixas apresentaram redução na participação sobre o total. A redução mais considerável foi daqueles que declararam não possuir rendimento (-4 p.p.), seguida da faixa de até meio SM (-2,9 p.p.).

Pode-se considerar que as políticas de geração de emprego e transferência de renda possibilitaram a redução das faixas mais sensíveis (sem rendimento e até meio SM), que devem ter se deslocado justamente para a faixa de mais de meio até 1 SM e para a seguinte, de mais de 1 a 2 SM. A expansão dessas duas faixas, além da seguinte, de 2 a 3 SM sugere que houve uma mobilidade de renda do trabalho principal no período de análise. Entretanto, isso não se verificou nas faixas de renda com melhores rendimentos (acima de 3 SM), o que significa que os empregos gerados no período se concentraram massivamente nas faixas de pior remuneração.

Esta limitação é importante do ponto de vista da distribuição de renda, pois os trabalhadores mais afetados pela superexploração da força de trabalho não saíram desta condição por meio das políticas do período.

Mesmo entre os quadros do atual governo, existem aqueles que refutam a ideia de que as melhorias do mercado de trabalho alteraram substancialmente a situação da parcela da população mais pauperizada. Pochmann (2012), assim, analisa:

Em grande medida, a forte expansão do conjunto das ocupações de salário de base pertencentes ao setor terciário e da construção civil e indústria extrativa favoreceu a mais rápida incorporação dos trabalhadores na base da pirâmide social. Com isso, uma parcela considerável da força de trabalho conseguiu superar a condição de pobreza transitando para o nível inferior da estrutura ocupacional de baixa remuneração, embora não seja mais pobre, tampouco pode ser considerada de classe média. (POCHMANN, 2012, p. 20)

Assim, pode-se concluir que a expansão do mercado de trabalho se verificou apenas no aspecto quantitativo, mas não qualitativo, pois a grande massa de trabalhadores ainda se encontra nas piores faixas de remuneração.

Tabela 5 – Distribuição dos ocupados na semana de referência, por classes de rendimento mensal (em mil pessoas)

<b>Classes de rendimento mensal do trabalho principal (Em Salário Mínimo)</b>	<b>2003</b>		<b>2014</b>		<b>Pontos percentuais de diferença</b>
		<b>%</b>		<b>%</b>	
Até ½	8.353	10,3	7.402	7,4	-2,9
Mais de 1/2 a 1	14.575	18,0	18.393	18,5	0,5
Mais de 1 a 2	21.084	26,1	33.029	33,2	7,1
Mais de 2 a 3	10.416	12,9	14.593	14,7	1,8
Mais de 3 a 5	8.124	10,1	8.544	8,6	-1,5
Mais de 5 a 10	4.729	5,9	5.249	5,3	-0,6
Mais de 10 a 20	2.135	2,6	1.698	1,7	-0,9
Mais de 20	946	1,2	622	0,6	-0,5
Sem rendimento	9.413	11,7	7.549	7,6	-4,1
Sem declaração	1.001	1,2	2.368	2,4	1,1
Total	80.776	100	99.447	100	-

Fonte: PNAD/IBGE

Cabe considerar que o SM apresentou uma elevação significativa ao longo desse período. Portanto, houve um impacto importante sobre a renda dos trabalhadores da base da pirâmide, que, em 2003, tinham um rendimento em SM significativamente inferior em termos reais.

No entanto, é necessário considerar que, em 2014, a relação entre SM e Salário Mínimo Necessário ficou na faixa de quatro vezes, ou seja, o Salário Mínimo Necessário ficou em torno de 4 SM. Através da Tabela 5, podemos ver que quase 82% dos trabalhadores tinham um rendimento de até 3 SM, ou seja, recebiam menos do que o Salário Mínimo Necessário. Ainda existem aqueles que recebiam mais do que 3 SM e menos de 4 SM, que estão na mesma faixa de 3 a 5 SM, e que não podemos visualizar precisamente qual a sua participação sobre o total. Logo, podemos concluir que em 2014, ao menos 82% dos trabalhadores tinham o seu fundo de consumo convertido em fundo de acumulação do capital, uma das formas de superexploração da força de trabalho.

Esta metodologia é um tanto simplificada, pois não considera outros fatores para comparação e que tem sido abordado por pesquisadores em recentes artigos. Entretanto, ela nos permite concluir que a superexploração da força de trabalho permanece vigente no Brasil, e que as políticas de emprego adotadas no último período não foram suficientes para reformar a estrutura social que ainda mantém o país na condição de dependência.

Esta insuficiência também se apresenta quando analisamos estes dados desagregados por sexo, apresentados na Tabela 6. Primeiro, vemos que as melhoras dos indicadores do mercado de trabalho não se refletiram numa superação das desigualdades de rendimentos entre mulheres e homens. A participação de mulheres nos piores estratos ainda é mais significativa do que os homens, pois 85,8% delas têm rendimento até 3 SM, enquanto os homens participam em 78,1%. A diminuição de participação das mulheres nos piores estratos só ocorreu em dois: o de até meio SM (diminuindo 3,5 p.p.) e o sem rendimento (queda de 6,5 p.p.). Enquanto os homens diminuíram em 0,5 p.p. a sua participação no estrato de 1/2 a 1 SM, aumentou a proporção de mulheres (em 1,6 p.p.). As mulheres também tiveram um aumento de participação mais expressiva do que os homens no estrato de 1 a 2 (mulheres evoluíram em 8 p.p e homens em 6,5 p.p.). Seguindo a tendência dos dados agregados, homens e mulheres nos estratos maiores de renda apresentaram diminuição na participação sobre o total, com uma diferença pequena entre eles. Assim, também não foram criados melhores empregos para as mulheres.

Tabela 6 – Participação de mulheres e homens em classes de rendimento mensal no trabalho principal, 2003 e 2014

Classes de rendimento mensal (Em Salário Mínimo)	Mulheres			Homens		
	2003	2014	Dif. em p.p.	2003	2014	Dif. em p.p.
Até 1/2	13,1	9,6	-3,5	8,4	5,8	-2,6
Mais de 1/2 a 1	19,9	21,6	1,6	16,7	16,2	-0,5
Mais de 1 a 2	25,6	33,6	8,0	26,5	32,9	6,5
Mais de 2 a 3	9,9	10,9	1,0	15,0	17,5	2,5
Mais de 3 a 5	7,4	6,6	-0,8	12,0	10,1	-1,8
Mais de 5 a 10	4,4	4,0	-0,4	6,9	6,2	-0,7
Mais de 10 a 20	1,6	1,2	-0,5	3,4	2,1	-1,2
Mais de 20	0,5	0,3	-0,2	1,6	0,8	-0,8
Sem rendimento	16,6	10,1	-6,5	8,2	5,7	-2,5
Sem declaração	1,0	2,1	1,1	1,4	2,6	1,2
Total	100,0	100,0		100,0	100,0	

Fonte: PNAD/IBGE

A participação significativa das mulheres em faixas de rendimento baixas não se alterou mediante o aumento do emprego, pois ele se deu justamente entre os estratos de pior remuneração. O emprego feminino pode ser melhor compreendido através de outros dados do mercado de trabalho que serão apresentados no próximo tópico.

#### 4.4 A ATUAL CONDIÇÃO DO EMPREGO FEMININO NO BRASIL

Segundo a Tabela 7, as mulheres representam maioria na População em Idade ativa (PIA) mas ainda participam menos da População Economicamente ativa (PEA) do que os homens. Apesar do crescente aumento do emprego feminino, as mulheres ainda participam em 64,3% da PNEA, pois o papel reprodutivo exercido por elas ainda permanece como fator preponderante para que se situem fora do mercado de trabalho.

Tabela 7 – Distribuição da População em Idade Ativa por sexo (em mil pessoas) – 2014

Indicadores	Total	Homens	%	Mulheres	%
PIA	175.235	84.224	48,1	91.011	51,9
PNEA	68.410	24.392	35,7	44.018	64,3
PEA	106.825	59.832	56,0	46.993	44,0

Fonte: PNAD/IBGE

Em relação ao contingente total da PEA, a Tabela 8 mostra que as mulheres são maioria entre e os desempregados (classificados como desocupados pelo IBGE), com participação de 56,4%. Dentro do grupo dos ocupados, as mulheres têm participação maior do que os homens em ocupações frágeis, tais como as empregadas domésticas (92%), os não remunerados (61,9%) e trabalhadores na produção para o próprio consumo (56,7%). Os homens têm participação maior entre os empregadores (72,5%), os empregados (59,3%), conta própria (67,5%) e construção para o próprio consumo (91%). Logo, as mulheres que se situam na PEA estão em situação de fragilidade em uma proporção superior aos homens por se concentrarem em maior proporção entre os desocupados e também nas ocupações frágeis, tal como as empregadas domésticas, as não remuneradas e as trabalhadoras para o próprio consumo.

Tabela 8 – Distribuição da PEA por posição na ocupação no trabalho principal, por sexo (em mil pessoas) – 2014

<b>Posição na ocupação no trabalho principal</b>	<b>Total</b>	<b>Homens</b>	<b>%</b>	<b>Mulheres</b>	<b>%</b>
<b>PEA</b>	<b>106.825</b>	<b>59.832</b>	<b>56,0</b>	<b>46.993</b>	<b>44,0</b>
Desocupados	7.376	3.214	43,6	4.162	56,4
Empregados	60.651	35.985	59,3	24.666	40,7
Trabalhadoras domésticas	6.492	519	8,0	5.973	92,0
Empregadores	3.729	2.703	72,5	1.026	27,5
Conta própria	21.172	14.296	67,5	6.876	32,5
Trabalhadores na construção para o próprio uso	122	111	91,0	11	9,0
Trabalhadores na produção para o próprio consumo	4.427	1.915	43,3	2.512	56,7
Não remunerados	2.856	1.089	38,1	1.767	61,9

Fonte: PNAD/IBGE

Embora o desemprego tenha caído nos últimos anos ele continua sendo mais elevado entre as mulheres – enquanto a taxa de desemprego entre os homens é de 5,4%, entre as mulheres é de 8,9%. Pode-se ver através do Gráfico 3 que a queda da taxa de desemprego foi maior entre as mulheres (3,4 p.p.) do que entre os homens (2,4 p.p.). Entretanto, ainda há uma discrepância de 3,5 p.p. na taxa de desemprego entre ambos, o que nos leva à conclusão de que as mulheres ainda permanecem numa situação pior do que os homens dentro do mercado de trabalho.

Gráfico 3 – Desemprego aberto total e por sexo – 2003 a 2014



Fonte: PNAD/IBGE

O desemprego é uma situação dentro do mercado de trabalho que deve ser compreendida através do aporte teórico marxista. A massa de desempregados é chamada por Marx de exército industrial de reserva: uma massa de trabalhadores que é mantida sob esta condição para garantir a exploração da força de trabalho, garantindo que os trabalhadores empregados se encontrem em situação de vulnerabilidade quando negociam salários e condições de trabalho.

O exército industrial de reserva também é provocado pela própria dinâmica do capital, que expulsa trabalhadores continuamente, quando aumenta a automatização dos processos de trabalho. Entretanto, a expansão do capital e as necessidades que ele cria fazem com que se incorpore em novos setores a força de trabalho expulsa dos demais.

O fato das mulheres serem mais afetadas pelo desemprego as torna consideravelmente mais vulneráveis a aceitar empregos que paguem menos. A diminuição do desemprego que ocorreu desde 2003 não impactou numa equalização entre as taxas de desemprego masculina e feminina, pois elas não atacaram as questões estruturais que tornam as mulheres mais precarizadas como força de trabalho.

Portanto, foi mantida também a segregação nos chamados guetos ocupacionais, que são caracteristicamente femininos e que através de uma grande massa de desempregadas podem manter um nível baixo de salários.

A distribuição de homens e mulheres pode ser visto através da Tabela 9. Nela, observamos que os setores de alojamento e alimentação, serviços domésticos e outros serviços coletivos, sociais e pessoais concentram majoritariamente mulheres. São setores que

empregam maioria expressiva de mulheres, porque são relacionados ao papel imposto às mulheres através da feminilidade. A socialização feminina faz com que elas tenham desde crianças as expectativas relacionadas ao papel materno delineando as suas preferências e aptidões. Isso se expressa claramente através desta distribuição.

Tabela 9 – Distribuição de mulheres e homens por grupamentos de atividades no trabalho principal (em mil pessoas) – 2014

<b>Grupamentos de atividade do trabalho principal</b>	<b>Homens</b>	<b>%</b>	<b>Mulheres</b>	<b>%</b>
Agrícola	9.897	68,4	4.569	31,6
Indústria	8.257	63,4	4.766	36,6
Indústria de transformação	7.576	62,0	4.653	38,0
Construção	8.809	96,8	294	3,2
Comércio e reparação	10.548	58,4	7.507	41,6
Alojamento e alimentação	1.996	43,0	2.647	57,0
Transporte, armazenagem e comunicação	4.715	86,5	739	13,5
Administração pública	2.986	58,0	2.159	42,0
Educação, saúde e serviços sociais	2.421	23,7	7.784	76,3
Serviços domésticos	519	8,0	5.973	92,0
Outros serviços coletivos, sociais e pessoais	1.520	36,3	2.672	63,7
Outras atividades	4.897	56,9	3.708	43,1
Atividades mal definidas	53	82,8	11	17,2

Fonte: PNAD/IBGE

Outro indicador importante do mercado de trabalho se refere à rotatividade, cuja taxa indica o percentual de postos de trabalho que tiveram movimentação (desligamento ou admissão) em relação à média de postos totais de trabalho num determinado período. Existem duas formas de se calcular a taxa de rotatividade, de acordo com a metodologia utilizada pelo DIEESE (2014). A taxa de rotatividade global se refere a todas as movimentações que ocorreram no período, independente do motivo. Com isso é possível ver o quanto o mercado de trabalho “rodou” a força de trabalho num determinado período. Já a taxa de rotatividade descontada exclui os desligamentos por iniciativa do empregado, por falecimento e por aposentadoria. Logo, ela nos mostra qual o percentual de trabalhadores que deixaram o emprego por iniciativa das empresas.

Setores marcados pela alta rotatividade, global ou descontada, são caracterizados por praticarem assédio moral; terem uma intensidade do trabalho elevada; além de baixos custos de treinamento de mão-de-obra (o que torna a força de trabalho mais descartável para a

empresa, que não precisa reter a força de trabalho qualificada). Os trabalhadores também têm uma propensão maior a trocar de emprego nestes setores. Exemplos clássicos são a construção civil e o telemarketing.

Por outro lado, a taxa de rotatividade global pode ser alta em virtude de melhorias do mercado de trabalho, que fazem os trabalhadores conseguirem empregos melhores. Como a rotatividade descontada exclui os motivos de demissão relacionados aos trabalhadores, quando ela é alta isto indica um problema para os trabalhadores, que estão mais inseguros nos seus empregos, propensos a sofrerem mais pressão por resultados, metas abusivas, assédio moral, realização de mais horas extras, desvios de função, etc.

Para o setor formalizado da economia no ano de 2014, a Tabela 10 apresenta a taxa de rotatividade global, no ano considerado essa taxa foi de 54%, o que significa que mais da metade dos estoques de empregos do período passou por demissão de trabalhadores. Desagregando por sexo, a mesma Tabela mostra que a taxa de rotatividade feminina é de 50% e a masculina de 57%. Uma possível explicação para a rotatividade masculina ser maior do que a feminina é que uma parcela significativa dos homens trabalha na construção civil, um dos setores com maior rotatividade da economia e com grande participação no estoque de empregos. Também há o fato de que as mulheres com situação de precariedade no trabalho em uma distribuição mais considerável no setor informal da economia, que não é considerado neste dado.

Em relação à taxa descontada, que exclui as demissões que ocorrem por iniciativa dos empregados, também para o ano de 2014, ela alcançou 37%, sendo 32% para mulheres e 41% para homens. Isso indica que as empresas, em média, demitem menos as mulheres do que os homens. Com isso, pode-se concluir que as mulheres têm uma instabilidade no emprego menor que os homens.

Tabela 10 - Rotatividade entre os trabalhadores com carteira assinada e estatutários, por sexo – 2014

<b>Rotatividade</b>	<b>Total</b>	<b>Homens</b>	<b>Mulheres</b>
Taxa global	54%	57%	50%
Taxa descontada	37%	41%	32%

Fonte: RAIS. Elaboração: autora.

A Tabela 11 desagrega os motivos de desligamento, por sexo do trabalhador. Em relação às demissões sem justa causa, que se referem àquelas onde a iniciativa foi da empresa,

as mulheres têm proporcionalmente menos ocorrências em comparação com os homens. Isso pode indicar que elas são mais disciplinadas no trabalho e tendem a resistir melhor às pressões exercidas pelas chefias. Em parte, esse comportamento pode estar relacionado, também, ao papel que a sociedade constrói que as mulheres devem assumir, que as fazem também terem indicadores de escolaridade superiores aos homens.

Por outro lado, os desligamentos sem justa causa e por término do contrato de trabalho são os motivos de desligamento mais relevantes entre as mulheres do que entre os homens. Eles podem estar relacionados aos compromissos que as mulheres assumem com as tarefas reprodutivas, desde a maternidade até o cumprimento de tarefas domésticas e o cuidado com os filhos. O motivo por término do contrato de trabalho pode indicar uma dificuldade de adaptação ao trabalho novo, e, o desligamento sem justa causa (por iniciativa do empregado), à saída do emprego para cuidar exclusivamente do trabalho reprodutivo (muitas vezes em função do nascimento de um filho), ou para assumir um emprego que tenha compatibilidade maior com tais responsabilidades.

Tabela 11 – Desligamentos por motivo, segundo sexo, em 2014

<b>Motivo Desligamento<sup>8</sup></b>	<b>Homens</b>	<b>%</b>	<b>Mulheres</b>	<b>%</b>
Demissão com Justa Causa	296.097	1,8%	169.929	2%
Demissão sem Justa Causa	8.295.221	51,7%	4.367.084	42%
Término Contrato	2.806.971	17,5%	2.254.173	21%
Desligamento com Justa Causa	22.752	0,1%	16.879	0%
Desligamento sem Justa Causa	3.443.173	21,5%	2.909.415	28%
Outros <sup>1</sup>	1.178.981	7,3%	775.094	7%
<b>Total</b>	<b>16.043.195</b>	<b>100,0%</b>	<b>10.492.574</b>	<b>100%</b>

<sup>1</sup> Outros: Poss Out Car, Transferência com Ônus, Transferência sem Ônus, Readaptação (específico para servidor público), Cessão, Redistribuição (específico para servidor público), Mudança Regime, Reforma, Falecimento, Falecimento Acidente Trabalho, Falecimento Acidente TIP, Falecimento D Prof, Aposentadoria TS CRES, Aposentadoria ID CRES, Aposentadoria Acidente, Aposentadoria Doença, Aposentadoria Compulsória, Aposentadoria IN OUTR, Aposentadoria Esp CRE.

Fonte: RAIS. Elaboração: autora

O indicador de rotatividade apresentado possui limitações de análise, porque ele se refere somente aos trabalhadores que possuem vínculo formal de trabalho, que são justamente aqueles que tem uma relação de trabalho mais estável, com direitos trabalhistas assegurados. Deve-se considerar também que uma quantidade considerável de empresas pequenas não

<sup>8</sup> Os motivos de demissão com justa causa e sem justa causa ocorrem quando a empresa demite o empregado. Os motivos de desligamento com justa causa e sem justa são provocados pelo pedido de demissão do empregado.

declara as movimentações para a RAIS. Entretanto, como um dado de análise do trabalho formal, é um dado extremamente relevante para a análise.

Para analisar o contexto do mercado de trabalho, discute-se o tempo de permanência no trabalho, conforme a Tabela 12. Entre os ocupados desagregados por sexo, as mulheres tendem a permanecer menos tempo no trabalho em proporção aos homens, já que nos estratos de menor tempo há uma proporção bem semelhante entre eles, mas quando vamos para o maior estrato (10 anos ou mais), 28% das mulheres estão nessa situação, enquanto 33% dos homens participam desta faixa.

Tabela 12 – Tempo de permanência no trabalho principal dos ocupados, por sexo – 2014

<b>Tempo de permanência no trabalho principal</b>	<b>Homens</b>	<b>%</b>	<b>Mulheres</b>	<b>%</b>
Até 5 meses	5.641	10	4.405	10
6 a 11 meses	4.005	7	3.401	8
1 ano	6.569	12	5.610	13
2 a 4 anos	12.532	22	10.588	25
5 a 9 anos	9.201	16	6.887	16
10 anos ou mais	18.669	33	11.940	28

Fonte: PNAD/IBGE

Enquanto permanecem menos tempo no emprego do que os homens, as mulheres possuem, em média, jornadas também inferiores. A jornada de trabalho é uma medida importante por alguns motivos: primeiro porque permite mensurar a parcela da população que exerce uma jornada acima dos limites legais, ou seja, qual a parcela de trabalhadores onde incide a superexploração pela via da extensão da jornada de trabalho. O segundo aspecto é que nos mostra quantas horas são ocupadas pelo trabalho remunerado e quantas horas pelos afazeres domésticos, tempo em que embora o trabalhador não esteja trabalhando diretamente sob o comando do capital, ele está exercendo atividades sem as quais seu retorno ao trabalho no dia seguinte não seria possível. Por último, este dado nos informa as diferenças do tempo ocupado por mulheres e homens, informação que tem centralidade neste trabalho.

A Tabela 13 se refere à jornada de trabalho, entendida como aquela que não inclui o trabalho doméstico. Os homens possuem uma jornada de trabalho superior às mulheres quando se exclui as horas gastas em atividades domésticas: enquanto 38,1% das mulheres se encontra em faixas de até 39 horas semanais, a proporção entre os homens é de 19,1%. A jornada integral se aplica a uma proporção maior de homens (49,2%) do que de mulheres

(42,5%). Já a jornada superior ao limite legal se dá entre 31,6% dos homens e 29,3% das mulheres.

Tabela 13 – Distribuição dos ocupados por grupo de horas habitualmente trabalhadas por semana em todos os trabalhos, por sexo – 2014

<b>Grupos de horas</b>	<b>Homens</b>	<b>%</b>	<b>Mulheres</b>	<b>%</b>
Até 14 horas	2.003	3,5	4.132	9,6
15 a 39 horas	8.839	15,6	12.196	28,5
40 a 44 horas	27.871	49,2	18.207	42,5
45 a 48 horas	8.421	14,9	4.303	10,0
49 horas ou mais	9.483	16,7	3.992	9,3

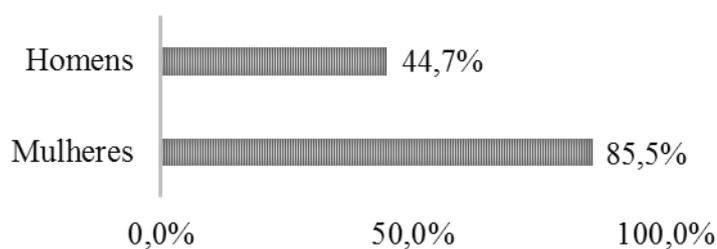
Fonte: PNAD/IBGE

Estes dados nos trazem algumas informações de extrema relevância. A primeira a ser destacada é que uma proporção considerável dos trabalhadores trabalha acima da jornada legal prevista em lei. Essa é uma das formas de superexploração da força de trabalho que trata a TMD: o trabalhador para sobreviver precisa trabalhar acima da jornada normal, e para isso realiza horas extras ou faz os chamados “bicos” nas horas em que deveria descansar.

Em relação às discrepâncias e jornadas entre homens e mulheres, cabe destacar a grande influência da imposição do trabalho reprodutivo às mulheres, que fazem elas assumir jornadas de trabalho inferiores, podendo assim conciliar as tarefas domésticas com o trabalho fora de casa.

Isso fica claro quando vemos a proporção de homens e mulheres que afirmam realizar afazeres domésticos (Gráfico 4). Em 2013, segundo a PNAD, considerando a PIA, 44,7% dos homens declararam fazer tarefas domésticas, enquanto o percentual entre as mulheres foi de 85,5%.

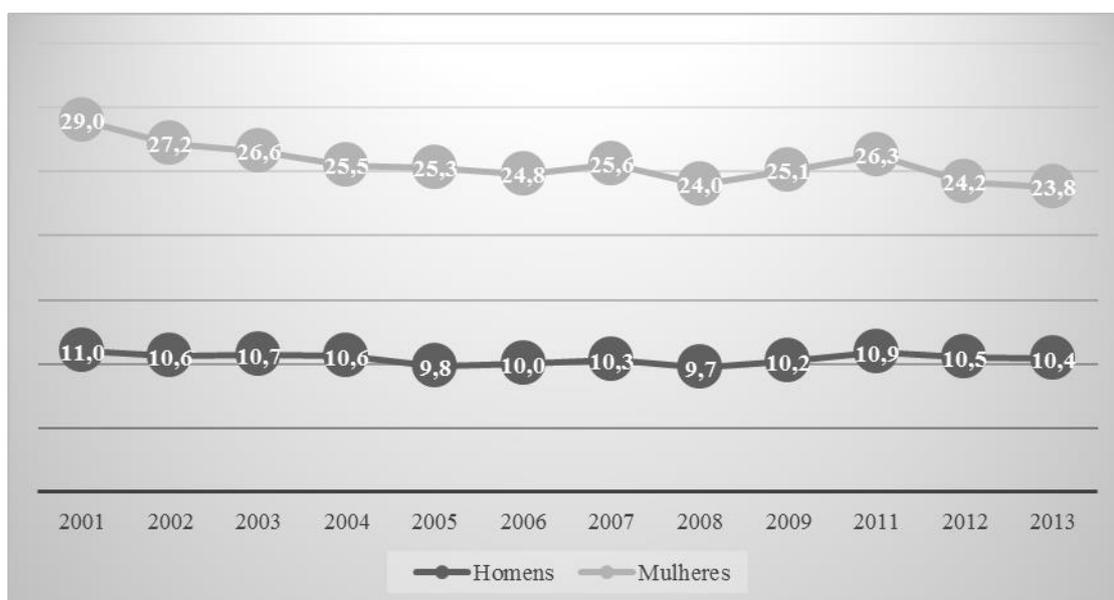
Gráfico 4 - Proporção da População de 10 anos ou mais de idade que cuida de Afazeres Domésticos, por sexo, 2013



Fonte: PNAD/IBGE

O número médio de horas gastas nos afazeres domésticos entre aqueles que afirmam realizá-los é discrepante, situando-se em 23,8 horas semanais entre as mulheres e 10,4 entre os homens. A série histórica apresentada no Gráfico 5 serve para nos mostrar, também, que ao contrário do que se poderia se supor, os homens não têm apresentado uma tendência de participar mais dos afazeres domésticos, já que o tempo médio tem variado dentro de uma mesma faixa, que sobe e declina ao longo dos anos. Já as mulheres têm apresentado mais claramente uma queda no indicador, o que pode ser explicado através do aumento constante da participação no mercado de trabalho e, como poderá ser ilustrado pelo Gráfico 6, da aquisição de bens de consumo duráveis.

Gráfico 5 - Média de horas semanais dedicadas a afazeres domésticos pela população de 10 anos ou mais de idade, por sexo, 2001 a 2013

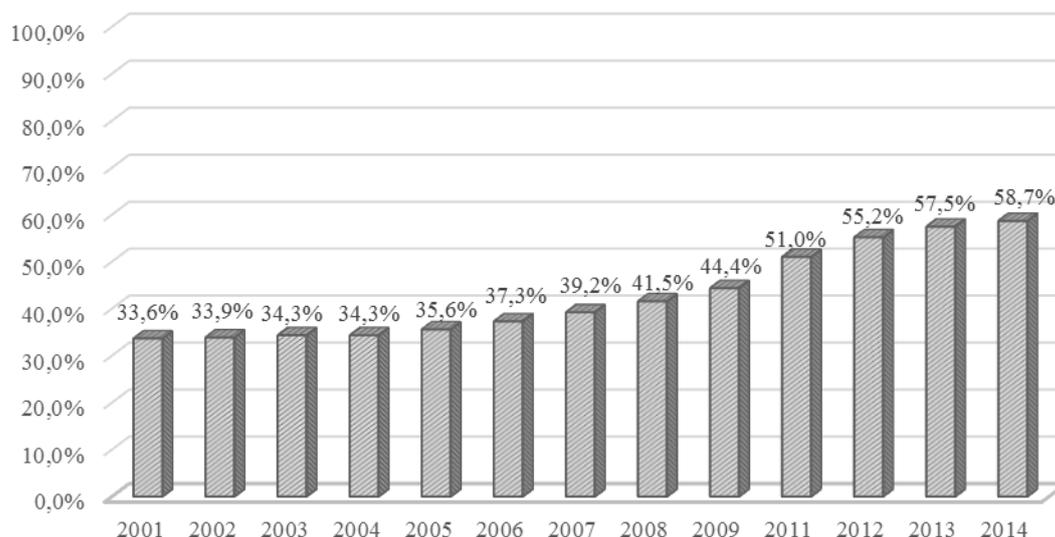


Fonte: PNAD/IBGE

Um fator importante a ser considerado quando analisamos o trabalho doméstico se trata do acesso aos bens de consumo duráveis. Numa sociedade onde se generaliza a adoção desses bens, é possível que se obtenha uma economia de tempo considerável nos afazeres domésticos, impactando sobre o tempo livre das mulheres. No Gráfico 6 podemos ver a evolução nos últimos anos do acesso à máquina de lavar roupas. É um indicador que nos ajuda a visualizar a abrangência desses bens e também a evolução no acesso nos últimos anos. Em 2001, 33,6% dos domicílios possuíam a máquina de lavar roupas, já em 2014 este número se elevou para 58,7% (25,1 p.p. de aumento). Ou seja, embora tenha aumentado o número de

domicílios com este eletrodoméstico, ele ainda não é utilizado em mais de 40% dos domicílios.

Gráfico 6 – Proporção de domicílios que possuíam máquina de lavar roupa – 2001 a 2014



Fonte: PNAD/IBGE

Este capítulo procurou debater através dos determinantes estruturais da economia brasileira como as mulheres se encontram no contexto do mercado de trabalho atualmente.

O emprego feminino avançou desde a década de 70 de maneira ininterrupta, enquanto o ingresso masculino se manteve estável. A ampliação da participação das mulheres foi de 163% desde 1970 (Gráfico 2). Isso indica que a ampliação da PEA se deu em função da incorporação de mulheres como força de trabalho.

Este ingresso, entretanto, não garante uma situação de equidade no mercado de trabalho. As mulheres ainda são a maioria dos desocupados e se concentram nas faixas de piores rendimentos em maior proporção do que os homens.

Nas considerações finais serão apontados os determinantes estruturais, tratados nos capítulos 2 e 3, que problematizam os dados apontados neste capítulo.

## CAPÍTULO 5: CONSIDERAÇÕES FINAIS

O ingresso feminino de forma acentuada no mercado de trabalho ocorreu a partir da queda da renda das famílias durante as últimas décadas, com elevações sazonais que não recuperaram o valor da força de trabalho. As discrepâncias em relação aos rendimentos do trabalho, entretanto, ainda são a maior característica quando observamos os dados segmentados por sexo.

Os dados apresentados no capítulo 4 mostram que, desde 2003 ocorreram melhorias no mercado de trabalho brasileiro em relação ao aumento do emprego e à valorização do salário mínimo. Entretanto, a relação entre capital e trabalho na economia brasileira continua expressando características de uma economia dependente, que se refletem na manutenção da superexploração da força de trabalho e na incapacidade de trazer uma melhora substancial às mulheres, que dentro de uma estrutura econômica dependente compõem os estratos mais vulneráveis do conjunto da força de trabalho.

Ao aprofundar a análise dos dados do mercado de trabalho, encontram-se algumas pistas que indicam os motivos que levam mulheres a ter rendimentos inferiores aos homens: suas jornadas de trabalho médias são menores; elas permanecem por menos tempo no emprego, há uma grande concentração das mulheres em poucos setores da economia (os guetos ocupacionais); e as taxas de desemprego também são maiores. Chega-se, então, como fator explicativo ao trabalho reprodutivo.

Tratar do trabalho reprodutivo isolando-o do contexto material em que as mulheres são submetidas no capitalismo não é suficiente para chegar às devidas conclusões que este trabalho se propõe, porque desde o princípio, ele esteve vinculado ao método de Marx, em que:

[...] do concreto representado chegaria a abstrações cada vez mais tênues, até alcançar as determinações mais simples. Chegado a esse ponto, teria que fazer a viagem de modo inverso, [...] mas dessa vez não como uma representação caótica de um todo, porém como uma rica totalidade de determinações e relações diversas (MARX, 2008, p. 258)

Através deste procedimento metodológico, partiu-se de um fenômeno – a discrepância de rendimentos entre sexos – para em seguida apropriar-se da teoria que revisitou a posição da mulher no capitalismo e a condição do trabalho na economia dependente, ou seja, as

determinações estruturais. Retornando ao concreto, mas agora já repensado, podemos interpretar com maior criticidade os fenômenos.

Primeiro, as determinações se dão no campo da condição material que as mulheres são submetidas dentro da estrutura do patriarcado-racismo-capitalismo, conforme Saffioti (1987) já havia elucidado. Uma articulação que se dá em benefício da acumulação de capital e submete o conjunto da classe trabalhadora, agindo de maneira específica sobre as mulheres e o povo negro.

O modo de produção capitalista separa o espaço da produção do espaço reprodutivo. Antes do capitalismo se consolidar, a mulher ocupava uma posição diferente na sociedade do que conhecemos:

En la aldea feudal no existía una separación social entre la producción de bienes y la reproducción de la fuerza de trabajo; todo el trabajo contribuía al sustento familiar. Las mujeres trabajaban en los campos, además de criar a los niños, cocinar, lavar, hilar y mantener el huerto; sus actividades domésticas no estaban devaluadas y no suponían relaciones sociales diferentes a las de los hombres, tal y como ocurriría luego en la economía monetaria, cuando el trabajo doméstico dejó de ser visto como trabajo real.(FEDERICI, ano, p. 41)

Logo, conforme o capitalismo se consolidou na Europa, o trabalho doméstico foi paulatinamente sendo invisibilizado. Num primeiro momento, as mulheres entraram na produção da fábrica ao lado de crianças, incorporação esta que foi possível pelo desenvolvimento da maquinaria. Naquele momento, o preço da força de trabalho caiu em função de o capital explorar mais membros da família e poder rebaixar os salários pagos aos homens, além de pagar salários menores às mulheres e crianças. Foi neste período em que o trabalho reprodutivo se reduziu ao mínimo, ao mesmo tempo que a classe trabalhadora desfrutava de condições de vida deploráveis, com jornadas de trabalho muito longas e uma expectativa de vida baixíssima.

A passagem da mais-valia absoluta para a relativa passou a exigir uma força de trabalho mais estável, para que o capital pudesse explorar de modo intensivo, não apenas extensivo. Essa passagem foi apoiada; segundo Federici (2010), por um acordo entre trabalhadores e empregadores que excluiu as mulheres do salário, em oposição ao recrutamento que elas sofreram no início da Revolução Industrial.

O ingresso massivo de mulheres no mercado de trabalho vem responder as necessidades do capital de acordo com a formação econômica em questão. Assim, a situação das mulheres sob o comando do capital é ditada de acordo com os interesses dele, seja

incorporando esta força de trabalho ao assalariamento, seja relegando-a à escravidão do lar, mas sempre se respaldando na invisibilização do trabalho reprodutivo.

Isso ocorre inclusive em relação aos serviços que o capital passou a explorar em virtude da entrada das mulheres no mercado de trabalho. Federici (2014) destaca que o trabalho reprodutivo não foi suprimido de forma alguma, inclusive nas economias desenvolvidas. O que ocorre, na verdade, é uma ampliação da exploração sobre as mulheres quando o trabalho reprodutivo aos poucos é ocupado pelo capital. Segundo a autora:

[...] incluso en los países más desarrollados tecnológicamente, el trabajo del hogar no ha sido reducido de manera significativa; en lugar de ello, ha sido entregado al mercado, redistribuido mayormente sobre los hombros de mujeres migrantes del sur y los antiguos países socialistas. De cualquier modo, las mujeres siguen desarrollando la mayor parte de este. A diferencia de otras formas de producción, la producción de seres humanos es irreductible en la mayor parte de su extensión a la mecanización, requiriendo un alto grado de interacción humana y la satisfacción de necesidades complejas, en las que elementos físicos y afectivos están inextricablemente combinados. (...) Esta es la razón por la que el trabajo del hogar y el del cuidado, más que ser tecnologizado, ha sido redistribuido sobre los hombros de sujetos diferentes por medio de su comercialización y globalización. Conforme la participación de las mujeres en el trabajo asalariado ha aumentado inmensamente, especialmente en el norte, grandes cantidades de trabajo doméstico han sido extraídas del hogar y reorganizadas sobre bases mercantiles mediante el virtual boom de la industria de los servicios, que ahora constituye el sector económico dominante desde el punto de vista del empleo asalariado. Esto significa que más alimentos son consumidos fuera del hogar, más ropas son lavadas en lavanderías o tintorerías, y más comida preparada es comprada para su consumo inmediato. (FEDERICI, 2014, p. 115, 116)

Portanto, ampliam-se os setores de atividades vinculadas à alimentação, saúde, serviços e demais atividades tipicamente reprodutivas, onde as mulheres ocupam majoritariamente os empregos gerados. Logo, as mulheres continuam exercendo tais funções, mas agora também como assalariadas, e os baixos salários de tais setores são garantidos em virtude do consenso em torno da invisibilidade do trabalho reprodutivo.

Compreender a inserção da mulher na economia capitalista e dependente brasileira é um esforço que requer uma série de questionamentos seguidos de uma apropriação teórica que não se encontra popular nos dias de hoje.

Em virtude disso, este trabalho possui ainda algumas limitações que merecem uma investigação que está além dos limites impostos por um trabalho de graduação. Deve-se investigar mais precisamente como o trabalho reprodutivo, ainda que tratado em termos marxianos como improdutivo, se articula dentro da acumulação de capital. Mandel (1979)

contribuiu neste sentido quando tratou do papel desempenhado pela dona-de-casa para a acumulação de capital:

En el caso extremo, se puede decir que si el trabajo no remunerado del ama de casa proletaria fuera a desaparecer repentina y totalmente, la plusvalía social probablemente decrecería, porque el salario mínimo necesario para la reproducción de la fuerza de trabajo tendría que aumentar. Más mercancías tendrían que ser compradas con salarios y más servicios tendrían que ser comprados por el obrero fuera del hogar. Pero cuando la antigua ama de casa ingresa en la masa de trabajadores asalariados, hace aumentar la masa de plusvalía social producida, con lo cual amplía el campo de producción de mercancías y la acumulación de capital. Si una parte de estas mercancías producidas adicionalmente son compradas con su salario adicional, para remplazar el trabajo anteriormente no remunerado que desempeñaba en la casa, todo esto es en beneficio del capitalismo, puesto que facilita la realización de ganancias que y la reproducción ampliada. (MANDEL, 1979, p. 383)

Esta concepção se articula de maneira precisa com a produção teórica que tem sido desenvolvida por Silvia Federici, feminista e marxista; que militou na Nigéria e tem diversos trabalhos que apontam os ataques feitos pelo capital dentro da estrutura reprodutiva nos países subdesenvolvidos, onde ainda existem estruturas produtivas intocadas pelo capital. Para ela, a militância feminista não deve mirar no trabalho assalariado como a chave para a libertação feminina, mas sim retornar ao que ela chama de “revolução feminista inacabada”.

Federici (2014) conclui em seu brilhante artigo que, embora seja necessário, o trabalho assalariado não pode ser uma estratégia dentro da luta feminista. A autora argumenta:

En tanto que el trabajo reproductivo sea devaluado, y considerado como una cuestión privada y una responsabilidad femenina, las mujeres siempre confrontarán al capital y al estado con menor poder que los hombres y en condiciones de extrema vulnerabilidad económica y social. Es también importante reconocer que hay serios límites con respecto a la medida en la cual el trabajo reproductivo puede ser reorganizado o reducido con base en el mercado. (FEDERICI, 2014, p. 120)

Logo, deixar sob os cuidados do mercado as crianças, idosos, os afazeres domésticos e a comida têm como consequência a busca para que o capital cuide dessas tarefas. Com isso, a exploração sobre outras mulheres se amplia, aprofundando as diferenças entre aquelas que podem pagar por serviços e as demais que são duramente exploradas no duplo sentido (o do assalariamento e o do trabalho não-pago do lar).

Portanto, a luta política deve se dar nos marcos da ruptura com a estrutura de reprodução e produção vigente.

Se necesita la reapertura de una lucha colectiva en torno a la reproducción que reclame el control sobre las condiciones materiales de nuestra reproducción y cree nuevas formas de cooperación alrededor de este trabajo que se encuentren fuera de la lógica del capital y el mercado. Esta no es una utopía, sino un proceso ya en marcha en muchas partes del mundo y en vías de expandirse ante el colapso del sistema financiero mundial. (FEDERICI, 2014, p. 120)

Os elementos que tomamos para a análise deste trabalho corroboram com essa tese. As desvantagens sofridas pelas mulheres no capitalismo dependente brasileiro mostram que o horizonte da equidade é contraditório em si com a natureza da exploração. A transferência de valor impede que qualquer concessão seja feita à classe trabalhadora, principalmente naquilo que toca na estrutura do patriarcado-racismo-capitalismo, justamente porque é aí onde apoia-se uma enorme quantidade de trabalho não-pago que é transferido ao centro.

A luta política em torno do trabalho reprodutivo não deve ser encarada como uma reivindicação para que a humanidade retorne ao passado, muito menos que as mulheres voltem a se ocupar apenas do trabalho reprodutivo. Trata-se do contrário: visibilizar o trabalho reprodutivo e a sua apropriação no modo de produção capitalista, que tem implicações prejudiciais às mulheres.

A superação do capitalismo é a única forma possível das mulheres se libertarem. O acesso ao mercado de trabalho não trouxe igualdade, pois ainda que tenham adquirido alguma autonomia financeira, as mulheres vieram a acumular uma dupla jornada de trabalho. Aquelas que não seguem o padrão imposto pelo capitalismo, ou seja, que tem relacionamentos homossexuais, ou que são solteiras, ou que nunca venham a tornarem-se mães, também são prejudicadas porque a socialização imposta pelo gênero patriarcal influencia nas escolhas profissionais feitas pelas mulheres. Isso se verifica através dos guetos ocupacionais, pois grande parte das mulheres ainda se enquadra em profissões estigmatizadas como femininas, ou seja, aquelas que tem relação com o trabalho reprodutivo.

O dilema colocado às mulheres que fala Kolontai (2011) não foi superado, porque embora as mulheres tenham se inserido massivamente no mercado de trabalho, a imposição da feminilidade carrega características vinculadas ao estereótipo materno, tais como doçura, amabilidade e obediência; que não tem relação com o perfil profissional desejado pelo mercado. A libertação das mulheres também passa, portanto, pela destruição do gênero.

Os trabalhos acadêmicos não costumam expressar de forma clara as conclusões políticas que pretendem alcançar, embora tudo que se produza seja precisamente político. De maneira contrária, este trabalho expressa claramente o seu compromisso com as mulheres e a

sua verdadeira emancipação. Por esse motivo, parece cabível encerrar com um trecho de uma entrevista recente dada por Federici, onde ela afirma:

Uno: que el capitalismo es un sistema que debe ser abolido porque es un sistema que debe desvalorizar los trabajos reproductivos. Dos: que el proceso de lucha debe ser ante todo un proceso de reorganización de estas tareas en el sentido de eliminar el sentido capitalista de la reproducción. Debemos crear una nueva forma de cooperar, de habitar, de urbanizar, de cocinar, de compartir el barrio... Y tres: yo hablo siempre de la revolución feminista inacabada. Hace falta un nuevo movimiento feminista, no necesariamente sólo de mujeres, que vuelva a poner en el centro los trabajos reproductivos.<sup>9</sup>

---

<sup>9</sup> Disponível em: <[http://www.playgroundmag.net/articulos/entrevistas/cuerpo-debe-mercado\\_5\\_1315118479.html](http://www.playgroundmag.net/articulos/entrevistas/cuerpo-debe-mercado_5_1315118479.html)>. Acesso em: Dezembro, 2015.)

## REFERÊNCIAS

AZA, Hiba Arbide (Ed.). **El cuerpo debe ser nuestro. Ni del estado, ni del mercado.** 2014. Disponível em: <[http://www.playgroundmag.net/articulos/entrevistas/cuerpo-debe-mercado\\_5\\_1315118479.html](http://www.playgroundmag.net/articulos/entrevistas/cuerpo-debe-mercado_5_1315118479.html)>. Acesso em: 01 dez. 2015.

BEAUVOIR, Simone. **O segundo sexo.** São Paulo: Nova Fronteira, 1980.

BRUSCHINI, M. A. Cristina. Tendências da força de trabalho feminina brasileira nos anos setenta e oitenta: algumas comparações regionais. **Textos FCC:** São Paulo, Fundação Carlos Chagas, p. 1-109, 1989.

\_\_\_\_\_. Sexualização das ocupações: O caso brasileiro. **Cadernos de Pesquisa:** Fundação Carlos Chagas, São Paulo, n. 28, p.5-20, 1978.

\_\_\_\_\_. O trabalho da mulher brasileira nas décadas recentes. **Revista estudos feministas:** p. 179-199, 1994.

\_\_\_\_\_; LOMBARDI, Maria Rosa. Trabalhadoras brasileiras dos anos 90: mais numerosas, mais velhas e mais instruídas. **Mulher e trabalho,** São Paulo, p. 95-105, 2002. Disponível em: <[cdn.fee.tche.br/mulher/2002/artigo5.pdf](http://cdn.fee.tche.br/mulher/2002/artigo5.pdf)>. Acesso em: Novembro 2015.

CANO, Wilson. A desindustrialização no Brasil. **Textos Para Discussão:** IE/UNICAMP, Campinas, n. 200, p.1-20, jan. 2012.

DIEESE. **A situação do trabalho no Brasil.** São Paulo: DIEESE, 2001.

\_\_\_\_\_. **A Situação do trabalho no Brasil na primeira década dos anos 2000.** São Paulo: DIEESE, 2012.

\_\_\_\_\_. Política de Valorização do Salário Mínimo: Salário Mínimo de 2015 fixado em R\$ 788,00. **Nota Técnica DIEESE,** São Paulo, nº 143, jan. 2015.

\_\_\_\_\_. **Rotatividade e políticas públicas para o mercado de trabalho.** São Paulo: DIEESE, 2014.

\_\_\_\_\_. **Salário mínimo: instrumento de combate à desigualdade.** São Paulo: DIEESE, 2010.

\_\_\_\_\_. **Metodologia da Cesta Básica de Alimentos.** 2009. Disponível em: <<http://www.dieese.org.br/metodologia/metodologiaCestaBasica.pdf>>. Acesso em: 01 nov. 2015.

ENGELS, Friedrich. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado.** 3. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2012. Tradução de: Leandro Konder.

FEDERICI, Silvia. Contraatacando desde la cocina. In: FEDERICI, Silvia. **Revolución en punto cero**: Trabajo doméstico, reproducción y luchas feministas. Madrid: Traficantes de sueños, 2013.

\_\_\_\_\_. Reproducción y lucha feminista en la nueva división internacional del trabajo. In: FEDERICI, Silvia. **Revolución en punto cero**. Trabajo doméstico, reproducción y luchas feministas. Madrid: Traficantes de sueños, 2013.

\_\_\_\_\_. **Calibán y la bruja**: Mujeres, cuerpo y acumulación originaria. Madrid: Traficantes de sueños, 2010.

\_\_\_\_\_. La reproducción de la fuerza de trabajo en la economía global y la revolución feminista inacabada. **Contrapunto**, Montevideú, n. 5, p.97-128, nov. 2014.

FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS (São Paulo). Notas metodológicas. 2015. Disponível em: <<http://www.fcc.org.br/bdmulheres/notas.php?area=notas>>. Acesso em: 10 nov. 2015.

FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO. Os intocáveis (IV): Mudanças na composição da força de trabalho brasileira. **FPA Comunica**, São Paulo, n. 10, p.1-7, nov. 2013

KOLONTAI, Alexandra. **A nova mulher e a moral sexual**. Expressão Popular, 2011

KOSIK, Karel. **Dialética do concreto**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

LUCE, Mathias Seibel. A superexploração da força de trabalho no Brasil: evidências da história recente. In: ALMEIDA FILHO, Niemeyer (Org.). **Desenvolvimento e Dependência**: Cátedra Ruy Mauro Marini. Brasília: IPEA, 2013, p. 145-166.

MANDEL, Ernest. El capitalismo tardío (1979). ERA, México, capítulo XII, p. 369-397.

MARINI, Ruy Mauro. Dialética da Dependência. In: TRASPADINI, R.; STÉDILE, J. P. (Orgs.) **Ruy Mauro Marini**: Vida e Obra. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

\_\_\_\_\_. Las razones del neodesarrollismo (respuesta a F. H. Cardoso y J. Serra) (1978). In: MARTINS, Carlos Eduardo (Org.). **América Latina, dependencia y globalización**. Bogotá: Siglo del Hombre - CLACSO, 2008. p. 165-233

\_\_\_\_\_. Sobre a Dialética da Dependência. In: TRASPADINI, R.; STÉDILE, J. P. (Orgs.) **Ruy Mauro Marini**: Vida e Obra. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

MARX, Karl. **O Capital**: Crítica da Economia Política, Livro primeiro: O processo de produção do capital. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009. 1 v.

\_\_\_\_\_. **O Capital**: Crítica da Economia Política, Livro primeiro: O processo de produção do capital. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009. 2 v.

\_\_\_\_\_. **Contribuição à Crítica da Economia Política**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

\_\_\_\_\_. ENGELS, Friedrich. **A Ideologia Alemã**. São Paulo: Boitempo, 2007.

NETTO, José Paulo. **Introdução ao Método da Teoria Social**. Capacitação em Serviço Social. CEAD/UNB, 2009.

NOGUEIRA, Claudia Mazzei. **A feminilização do mundo do trabalho**: entre a emancipação e a precarização. Campinas, Autores Associados, 2004.

ORGANIZACIÓN INTERNACIONAL DEL TRABAJO. La maternidad y la paternidad en el trabajo: La legislación y la práctica en el mundo. 2013. Disponível em: <[http://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---dgreports/---dcomm/documents/publication/wcms\\_242618.pdf](http://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---dgreports/---dcomm/documents/publication/wcms_242618.pdf)>. Acesso em: 03 nov. 2015.

OSORIO, Jaime. Superexplotación y clase obrera: el caso de mexicano. **Cuadernos Políticos**, Cidade do México, n. 6, p. 5-23, Editorial Era, Out-Dez 1975.

POCHMANN, Marcio. **Nova Classe Média?**: O Trabalho na Base da Pirâmide Social Brasileira. São Paulo: Editora Boitempo, 2012.

PORTAL MSN. **Diferença salarial**: Por que as mulheres ganham menos?. São Paulo, 2012 Disponível em: <<http://estilo.br.msn.com/tempodemulher/carreira/diferen%C3%A7a-salarial-por-que-as-mulheres-ganham-menos>>. Acesso em: 16 Mar. 2014.

QUINO. Mafalda. data desconhecida. Disponível em: <[https://biblioabrazo.files.wordpress.com/2012/05/mafalda\\_quino-familia.jpg](https://biblioabrazo.files.wordpress.com/2012/05/mafalda_quino-familia.jpg)>. Acesso em: 05 dez. 2015.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. **A mulher na sociedade de classes**. 3.ed. - São Paulo: Expressão Popular, 2013.

\_\_\_\_\_. **O Poder do Macho**. São Paulo: Editora Moderna, 1987.

SCOTT, Joan. A mulher trabalhadora. In Duby, G. & Perrot, M. **História das mulheres no Ocidente**. Porto, Edições Afrontamentos, vol. IV, 1994.